



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE - SUB. ESPECIAL PLANO NACIONAL DESPORTO			
EVENTO: Mesa Redonda	REUNIÃO Nº: 1242/17	DATA: 05/09/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 13h12min	TÉRMINO: 16h37min	PÁGINAS: 78

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JORGE STEINHILBER - Presidente do Conselho Federal de Educação Física — CONFEF.
ANTÔNIO EDUARDO BRANCO - Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Estado do Paraná-9ª Região - CREF9/PR.
LINDBERG AZIZ CURY JÚNIOR - Secretário Executivo da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.
ARLINDO PIMENTEL - Profissional de Educação Física e Advogado.
ANDRÉ BOECHAT - Profissional de Educação Física e Bacharel em Direito.
LEONARDO ANDREOTTI - Representante da Academia Nacional de Direito Desportivo — ANDD.
NICOLE AZEVEDO - 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal-7ª Região — CREF7/DF.

SUMÁRIO

Debater os temas atinentes à Educação Física no Plano Nacional do Desporto.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Boa tarde a todos. Esta Mesa Redonda está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento de nº 58/2015, de iniciativa do Deputado Evandro Roman, que vos fala.

O objetivo deste evento é debater os temas atinentes à Educação Física no Plano Nacional do Desporto.

Agradeço a presença de todos que aqui estão.

Para dar início a este nosso debate, convido para tomar lugar à mesa o Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física — CONFEF (*palmas*); o Sr. Antônio Eduardo Branco, Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Estado do Paraná 9ª Região — CREF9/PR (*palmas*); a Sra. Nicole Azevedo, 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal 7ª Região — CREF7/DF (*palmas*); o Sr. Arlindo Pimentel, profissional de Educação Física e Advogado (*palmas*); o Sr. André Boechat, profissional de Educação Física e Bacharel em Direito (*palmas*); o Sr. Leonardo Andreotti, representando o Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, da Academia Nacional de Direito Desportivo — ANDD. (*Palmas.*)

Informo que também convidamos para participar desta Mesa Redonda, mas não pôde comparecer, um representante do Ministério do Esporte.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta Mesa Redonda. Cada debatedor deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado.

Após as exposições iniciais, serão abertos os debates. Os interessados em apresentar suas sugestões ou interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da apresentação pelo prazo de 3 minutos. Se houver muitos, o que dificulta o andamento, vamos estabelecer certo limite. Então, será junto à Mesa. Quem quiser falar, depois do andamento, pode levantar, que será levada até os senhores a ficha de inscrição.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte no Portal da Câmara dos Deputados, possibilitando, assim, participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão. O *link* e-Democracia é muito utilizado



na Casa, realmente, por pessoas que entram em contato conosco, dos mais diversos pontos do Brasil e exterior.

Informamos que os alunos que estiverem interessados em obter o certificado de presença nesta reunião deverão preencher o formulário e entregá-lo para a nossa Secretaria.

Vamos à exposição dos convidados. Antes de passar a palavra para o Prof. Jorge Steinhilber, digo que já há um bom tempo estamos desenvolvendo e trabalhando o Plano Nacional do Desporto.

O terceiro orador será o nosso Secretário Executivo, o Lindberg, que estará fazendo uma explanação do desenvolvimento, no máximo, por 10 minutos, da linha que temos. E já estamos caminhando para o final, para o desenvolvimento da apresentação, junto ao Ministério do Esporte.

Lembro sempre que o processo final cabe ao Ministério do Esporte. Mas, de forma inteligente, o Ministério já nos deu essa ação, para que nós fossemos desenvolvendo-a, a fim de que, quando ela retornar a esta Casa para aprovação, ela já esteja completamente lapidada, e também pelo envolvimento forte, presente, do CONFEF, dos CREFs, que estiveram presentes no desenvolvimento dela.

Inicialmente, passo a palavra ao Sr. Jorge Steinhilber.

V.Sa. dispõe de 10 minutos.

O SR. JORGE STEINHILBER – Boa tarde a todos. Inicialmente, cumprimento todos vocês: estudantes, profissionais de educação física presentes, aqueles que nos acompanham virtualmente, e faço um agradecimento especial, um cumprimento especial ao nosso profissional da área de educação física, Deputado Evandro Roman, não só pelas defesas que ele vem fazendo do profissional de Educação Física nesta Casa, mas pela condução dos trabalhos.

Eu diria que aqui é quase o ápice do processo de discussão do Plano Nacional do Desporto, que já vem sendo construído há algum tempo, cuja intenção sempre foi a de contribuir para que a sociedade possa ter uma educação física, uma atividade física sempre muitíssimo bem orientada.

Eu vou tecer alguns comentários em relação ao Plano Nacional do Desporto para ficarem registrados. Mas, antes de entrar diretamente no Plano, é necessário esclarecer a todos que estão hoje aqui presentes e àqueles que nos acompanham



que o Plano Nacional do Desporto não pode ser um projeto ou uma atividade separada, muito menos separado da Lei Geral do Esporte. Esse é o primeiro ponto que eu quero trazer aqui.

Eu tenho certeza de que o Deputado Evandro vai defender essa causa. É fundamental que o Plano esteja agregado à Política Nacional do Esporte e à Lei Geral do Esporte, que está em discussão neste momento.

A discussão da Lei Geral do Esporte e do Plano Nacional do Desporto é fundamental, porque no Plano nós já estamos falando em desporto; nós estamos falando de educação física; nós estamos falando de atleta, sem que nenhum de nós tenha a definição clara e objetiva, em termos legais, do que representa o esporte, o que é esporte, o que é atleta e, efetivamente, o que isso representa.

Esse exemplo que eu estou dando é a ameaça que estamos sentindo. Quando nós apresentamos, junto com o Eduardo Mascarenhas — e esta Casa aprovou — a Lei nº 9.696, de 1998, nós colocamos lá que compete ao profissional de educação física desenvolver, coordenar, etc., etc., todos nas áreas de atividades físicas e do desporto. Entendemos atividade física como atividade física sem problema nenhum. Portanto, o serviço em atividade física é qualquer serviço que seja prestado na área do exercício físico. Aliás, hoje, quase todos os Deputados que se manifestaram na sessão da manhã falaram sobre atividade física. No entanto, juridicamente, nós estamos perdendo as nossas ações, porque os juízes entendem que atividade física é muito abrangente e que desporto não define as modalidades esportivas.

Então, estamos perdendo as ações. Estamos sendo informados pelos juízes que nós temos que definir atividade física, definir as atribuições privativas dos profissionais de educação física, em termos de *crossfit*, pilates, ginástica, etc. etc., e, com relação ao desporto, temos de relacionar as 400 e tantas modalidades esportivas que o Tubino define no seu dicionário.

Então, vejam que a questão da intencionalidade, a questão da importância da saúde e a questão do que nós representamos hoje na prevenção e promoção da saúde estão concretizadas, tanto no Parlamento quanto no Judiciário. E os juízes nos dizem com todas as letras: “Nós entendemos perfeitamente o que o senhor está dizendo. Entendemos que os senhores são da área da saúde, entendemos que é



necessário o profissional de educação física para desenvolver esse trabalho, mas isso não está na lei dos senhores”.

Então, o que eu quero dizer com isso é que, da mesma forma que o Plano Nacional poderá trazer benefícios fantásticos, se nós não tivermos essas definições na Política Nacional de Promoção da Saúde e na Lei Geral do Esporte, depois haverá ações judiciais contra nós, e nós vamos novamente ficar no limbo.

Já conversamos com o Deputado Evandro Roman e, mais à frente, iremos apresentar algumas propostas — aliás, já apresentamos uma em relação às modalidades esportivas. O Deputado Evandro certamente terá uma tarefa árdua no início do ano que vem para que possamos fazer um acerto nessa lei, não por um entendimento nosso nem por um entendimento dos Deputados, mas por um entendimento da área jurídica, porque hoje nós estamos em situação de insegurança jurídica. Faço esse alerta, neste momento, para que possamos de fato trabalhar nessa questão.

Em relação ao Plano Nacional do Desporto, que vem sendo trabalhado por esta Casa — eu tive o prazer de acompanhar — e para o qual já há um rascunho, uma minuta —, eu gostaria de apresentar algumas questões que poderão trazer melhoras.

Por exemplo, na Diretriz 1, que fala na *“Instituição de programa que garanta o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens nas escolas de ensino médio”*, a primeira meta é *“Assegurar que 100% dos alunos da rede de ensino fundamental tenham acesso à prática de educação física”*. Perfeito, 100% dos alunos do fundamental, mas o que é a prática da educação física? O que significa essa prática da educação física? Eu penso que, hoje, para haver segurança jurídica — talvez o Leonardo possa falar com mais propriedade sobre isso —, em vez de se colocar *“acesso à prática de atividade física”*, deveria ser colocado *“aula de educação física ensinada por profissional de educação física”*, de forma objetiva. A meta seria assegurar que 100% dos alunos da rede de ensino fundamental tenham aulas de educação física ensinada por profissional de educação física. Dessa forma, não haveria insegurança jurídica e o texto ficaria claro, evitando que tenhamos que discutir o que é o acesso à prática de educação física e que percamos essa possibilidade.



Evidentemente, na segunda meta, que é *“Assegurar em 100% das escolas da rede de ensino fundamentais, equipamentos e ambientes adequados para a prática da educação física”*, nós vamos suprimir a palavra “profissionais” se na primeira meta essa situação ficar garantida.

Na Diretriz 2 estabelece a *“Instituição de programa que possibilite o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento integral dos jovens e adultos”*. Se for mantido esse texto, deve-se tirar o “possibilite” porque esse termo leva ao problema jurídico que ocorre hoje na questão do futebol em decorrência do trecho que diz *“preferencialmente profissional de educação física”*. O juiz entendeu que “preferencialmente” e nada são a mesma coisa; portanto, qualquer um pode atuar. “Possibilite” vai cair no mesmo problema. Então, deve-se substituir “possibilite” por “garanta”, ou seja, deve-se ser incisivo. Não se pode ficar no meio do caminho. A sugestão que eu faço é, na verdade, substituir essa diretriz por promoção do acesso universal ao esporte adequado e saudável. Aí suprime essa situação. Então, fica só a proposta nesse sentido.

Quanto às metas, elas estão dentro do estabelecido. Eu só apresentaria mais duas metas: garantir, ampliar e qualificar a realização dos jogos universitários, que são os eventos escolares universitários importantes que eu entendo que devam estar contemplados também no Plano Nacional do Desporto; e implantar, potencializar, desenvolver e ampliar programas intersetoriais do esporte em espaços públicos, urbanos e rurais e em 100% das cidades brasileiras, que é uma questão que ainda não está incluída. Também é importante garantir que as construções e as reformas dos equipamentos públicos para a prática de atividade física só possam ser inauguradas tendo um programa e o projeto de utilização e manutenção com fonte de recursos e responsabilidades definidas. Por que eu estou vendo isso? Pelo exemplo que tivemos agora dos grandes eventos esportivos realizados. Não tendo essa garantia na continuidade das instalações, nós estamos sofrendo hoje essa situação.

Eu tenho questionado a Diretriz 3. Diz ela: tornar o Brasil potência esportiva de autorrendimento. De novo, vamos cair na questão da terminologia. O que é potência esportiva? O que significa esse termo *“potência esportiva”*? Se potência esportiva ficar vinculada a pódios e medalhas, nós precisamos definir se é pódio ou



medalha. Se for pódio, eu considero primeiro, segundo e terceiro lugares. Se for só medalha de ouro, eu estou me referindo só à medalha de ouro. Então, aqui precisaria de uma definição mais clara em relação a isso. Acredito que ela seja muito vinculada à questão de medalha nos jogos olímpicos e paraolímpicos em função do que vem mais à frente. Se for isso, eu também questiono ficarmos só vinculados a jogos olímpicos e paraolímpicos, porque temos diversas questões relacionadas a jogos e campeonatos mundiais, dos quais o Brasil participa e que, dependendo do que for nessa questão da potência esportiva, nós podemos colocar.

Como o Deputado já se manifestou anteriormente, os Estados Unidos são potência em medalhas de ouro, em medalhas esportivas e também potência em obesidade e sedentarismo. Portanto, precisaríamos ter com mais clareza, dentro de um plano, o que significa essa questão de potência esportiva.

Aí vêm algumas questões sobre criar mecanismos para construção e manutenção em atividades. Pelo menos um centro de treinamento de autorrendimento para cada modalidade olímpica e paraolímpica. Repito: ficar vinculado só à modalidade olímpica e paraolímpica, inclusive porque há mudanças, merece mais cuidado. A minha sugestão seria criar mecanismos para construir e manter em atividade centro de treinamento de autorrendimento de acordo com planos estabelecidos pelas confederações e/ou Comitê Olímpico e Paraolímpico. Ou seja, aí estaremos definindo que cada federação possa estabelecer. Por que eu estou dizendo isso? Porque, no Brasil, nós não sabemos o que é esporte. O Conselho Nacional do Esporte decidiu que não vai se manifestar sobre modalidade esportiva, não vai trabalhar com reconhecimento. Significa dizer que ela é autorregulamentada. Portanto, qualquer um que criar uma confederação vira esporte. Daqui a pouco, se formos entender, a competição de matemática pode ser considerada uma atividade esportiva. Como fica essa situação. Penso que precisamos discutir um pouco mais essas questões.

Quanto à outra meta, *“implantar infraestrutura esportiva qualificada e adequada para o alto rendimento em 100% das universidades públicas e em 100% dos Institutos Federais de Educação Tecnológica”*, novamente eu penso que não deu resultado. As várias instalações que foram feitas em universidades públicas não foram abertas para o acesso público de um modo geral.



Eu sugeriria o seguinte: implantar infraestrutura esportiva qualificada e adequada para o alto rendimento em 100% dos Estados da Federação e no Distrito Federal. Nos Estados da Federação, sim, mas de acordo com as questões estaduais, as questões municipais, de tal forma que atenda a comunidade, a coletividade e que esteja aberta para todos.

Na Diretriz 4, “*construir uma estrutura de especialização e aperfeiçoamento esportivo...*”, a Ação 3 diz o seguinte: “*criar e desenvolver Universidades do Esporte* — mais uma vez, eu penso que há a necessidade de definirmos o que é essa Universidade do Esporte, o que significa isso —, *aproveitando o legado deixado pelos megaeventos...*” Quanto a aproveitar o legado, tudo bem, não tenho dúvida. Mas o que é essa Universidade do Esporte? É a universalização do esporte? O.k., sem problema algum. Se for uma Universidade do Esporte para, de repente, começar a fazer treinamento de pessoas que não são qualificadas, evidentemente, nós vamos ser contrários a isso, por defendermos que deva ser uma atividade desenvolvida pelo profissional de Educação Física. Pode ser uma Universidade do Esporte de capacitação dos profissionais de Educação Física, como uma pós-graduação? Maravilha, não há problema algum. Mas é preciso definir o que é, porque do jeito que está aqui, ficou abrangente e ficou um pouco perdido.

Bom, posso falar mais um pouquinho? Estou aproveitando para desenvolver esse trabalho, porque a Comissão do Esporte, especialmente esta Subcomissão que está sendo coordenada pelo nosso Deputado Evandro, tem feito um esforço muito grande na garantia da educação física escolar e na garantia da universalização do esporte sempre desenvolvido pelo profissional de Educação Física. Como nós estamos aqui no sentido de aprimorar, de lapidar esse plano que inicialmente foi trabalhado, eu estou aproveitando a oportunidade, com a presença de todos aqui, e trazendo essas questões, para que depois as pessoas possam se manifestar em relação a esses pontos e, se for o caso, dar suas contribuições para algumas dessas definições ou conceitos que nós estamos aqui trabalhando.

Quanto à Diretriz 5, “*consolidar o Plano Nacional do Desporto como instrumento imprescindível para o planejamento e desenvolvimento do esporte no Brasil*”, é um ponto crucial, fundamental, que se faz, de fato, necessário, e é através desses procedimentos que nós poderemos avançar.



As ações são: fortalecer o Conselho Nacional do Esporte, fortalecer o Fórum de Gestores, determinar instância. Fortalecer o Conselho Nacional do Esporte é fundamental, mas volto a dizer que vamos precisar que, dentro da Política Nacional do Esporte, dentro da Lei Geral do Esporte, esteja inserido o Conselho Nacional do Esporte. Hoje o Conselho Nacional do Esporte está inserido no Ministério do Esporte. O Ministério do Esporte existe hoje e amanhã pode não existir. Nós sabemos que hoje ele é um Ministério para negociação política, infelizmente, infelizmente.

Na minha opinião, o Ministério do Esporte deveria ser um dos mais importantes, visto que nós estamos trabalhando com questões como obesidade, sedentarismo e inatividade física. Deveria ser o ministério que agregaria todos os demais ministérios para que houvesse uma ação efetiva e concreta em relação a essas questões. Mas não é assim que funciona. O Ministério do Esporte pode amanhã não existir. Se ele não existir, como vai ficar o Conselho Nacional do Esporte?

Então, é preciso clarear, dentro da Política Nacional do Esporte, que esse Conselho Nacional do Esporte estará efetivamente consolidado na medida em que estiver voltado para aquilo que nós estamos defendendo hoje: promoção da saúde, prevenção de doenças e desenvolvimento humano.

E colocaria mais uma ação aqui: criar curso de capacitação, presencial ou à distância, para gestores que tiverem acesso aos recursos públicos de qualquer espécie e montante.

Esse é um problema que temos percebido hoje em relação às modalidades esportivas. Há uma falta de capacitação gerencial, há uma falta de governança em relação a essas questões. Então, eu entendo que um Plano Nacional do Esporte deveria trazer embutida essa criação de cursos para que possamos ter efetivamente processos garantidos e desenvolvidos.

E acrescentaria a sexta diretriz, que seria: instituição de formação continuada e permanente e valorização profissional. Ficaria genérico, ou seja, tanto para profissionais de Educação Física quanto para gestores e pessoas que estão envolvidas com isso. E aí vêm as ações e as metas, que depois encaminharei diretamente para a Comissão.



Seria essa a explanação. Quero pedir desculpa por ter ultrapassado um pouco o tempo, mas foi para criar um bom debate com todos os presentes. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Presidente Jorge Steinhilber, agradeço as suas colocações, que, realmente, fazem todo sentido. Eu gostaria que o Gabriel pudesse se levantar. Quem mais da equipe jurídica está presente? São as pessoas que recebem toda essa ação. Quem mais está aqui, Gabriel? Estão aqui a Carol e o Gabriel. Os dois são responsáveis por todo esse trabalho. Alguém pode estar pensando em quem é que anota isso, quem é que vai filtrar isso. Há duas estruturas fortes, o Gabriel e a Carolina, há um bom tempo. E quero lhe dizer que fazem todo sentido suas colocações no seguinte aspecto. Eu vou citar um exemplo de fora daqui. Permita-me fazer muitas vezes esse elo.

Nós construímos uma lei aqui, só para vocês entenderem, em parceria com o Estado do Paraná. Não tem nada a ver com isso daqui. É uma lei que trabalha com a possibilidade de os caminhões rodarem com nove eixos. É mais para os frotistas, os caminhoneiros, que tinham uma dificuldade muito grande de rodar no Estado do Paraná com nove eixos. Resumo: construímos, construímos, com a nossa estrutura aqui da Câmara, com a estrutura do Paraná, que era o único Estado que tinha, foi entregue para todos os movimentos que trabalham com os caminhoneiros, exaustivamente se discutiu, apresentamos e foi aprovada. Quatro meses depois, agora, estão dizendo: *“Pelo amor de Deus, atendeu somente 70%”*. Por quê? Porque havia um “ou seja” entre vírgulas, ali na redação, que deixava o entendimento de uma lei do CONTRAN anteriormente... Quer dizer, fizemos uma lei, demoramos, nos unimos, passou pelo filtro de todos, e atendeu 70%. Como nós vamos mexer agora?

Então, há situações em que, se nós não nos ativermos a um número máximo possível de olhares sobre a lei, principalmente olhares técnicos esportivos, numa linha de profissionais da área de Educação Física, da área do Direito, mas a pessoa que tem aquela parte técnica do obrigatoriamente e preferencialmente, nos arreventa. Essa é uma das situações.

Então, vamos dividir a responsabilidade. Eu quero dizer que se tiver alguma situação lá na frente — por isso são feitas as audiências públicas —, Srs.



Conselheiros, Sras. Conselheiras, vamos dividir a responsabilidade. O momento é para isso. Filtrem, busquem, que nós estaremos trabalhando para que realmente nós possamos não ter o erro. Se passar, as audiências públicas foram feitas. Então, é nessa linha.

Quero agradecer ao nosso grande amigo e Deputado Roberto Góes, do PDT, do Amapá, parceiro, atuante na Comissão do Esporte, meu grande amigo, a presença e dizer já, Roberto, que à medida que houver as votações, vamos nos revezando. Se eu puder contar contigo, eu te agradeço, por favor.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Começou agora a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Começou? Você já foi?

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Eu vou agora rapidamente e volto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Então, se você puder voltar... Eu não tinha nem visto isso aqui ainda.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu te agradeço. Obrigado, Deputado.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Antônio Eduardo Branco, meu grande amigo, Presidente do CREF9/PR.

O SR. ANTÔNIO EDUARDO BRANCO - Boa tarde a todos. Parabéns, Deputado Evandro Roman, pela condução dos trabalhos, a relatoria desse processo e a propositura do Deputado Danrlei.

Em nome do Presidente Jorge, eu cumprimento a Mesa, mas desta vez não vou fazer um ato falho à minha colega Nicole, que na hora da emoção fugiu o nome. Então, eu peço vênias à minha colega e aos colegas aqui do lado.

O Presidente Jorge pontuou muito bem as questões jurídicas do Plano Nacional de Esportes. A gente fica naquela briga: esporte, desporto, e a epistemologia inclusive de onde ela veio, que é da Universidade do Desporto, diz que é do esporte.

A nossa preocupação enquanto Conselho Regional de Educação Física, profissionais de Educação e formação tecnicista, de onde venho, com 42 anos na beirada de uma quadra, é que todas as manifestações do esporte sejam tratadas



como prerrogativas dos profissionais de Educação Física, na sua dinamização, seja ele no desporto classista, seja ele no desporto escolar, seja no desporto de massa, seja no paraolímpico e olímpico, esses dois últimos realmente de rendimento, é preciso que se tenha um olhar bastante carinhoso para esse tema, porque, com o advento da Escola Nova, esse tema foi negado, ele foi realmente negado e quase banido do plano nacional, voltando agora com ênfase muito grande.

E ela precisa ser olhada com um olhar muito apurado, porque as grandes instituições, os clubes — e eu anotei alguns para ilustração — Pinheiro, São Paulo; Jaó, Goiânia; Minas Tênis, BH; Curitibano, Paraná; e Sogipa, Porto Alegre. Tirando mais outros clubes, que me falham a memória, os clubes faliram.

Eu viajei por 72 cidades do Paraná, com as nossas manifestações esportivas dos clubes, e hoje estão todos na mão de universidades ou na mão de igrejas evangélicas. Nada contra, mas a instituição clube faliu. E a grande célula *mater*, que é a escola, está começando a engatinhar a ter um olhar caridoso para a Educação Física escolar, com a inclusão do esporte como uma das manifestações da Educação Física. Ele foi compreendido durante muito tempo como uma coisa diferenciada da Educação Física, e não — e não — o profissional de Educação Física, ou o professor de Educação Física, através do esporte. Tendo domínio desse conteúdo, ele faz parte do esporte jogos cooperativos, ele faz do esporte inclusão social, ele faz do esporte soluções de problema, ele faz do esporte reconhecimento às regras do jogo, que serão as regras da vida futuramente.

Então, nós ficamos neste ponto muito satisfeitos, Deputado Evandro, tanto com V.Exa. quanto com o Deputado Danrlei, porque V.Exa. tem livre acesso à Casa, V.Exa. tem livre acesso ao sistema CONFEF-CREF, em especial ao CREF 9, que V.Exa. poderá consultar — gostaríamos muito — e os outros setores interessados, que são as federações.

Nós sabemos também que as federações com todo esse processo no Brasil estão mal das pernas. Na Federação do Desporto Escolar há uma dicotomia. Aqueles jogos que nós já tivemos, JEBs e CEBs, — quem aqui lembra? Acho que é mais o pessoal do meu tempo — voltaram para o COB. Esse dinheiro está com o COB. Esse dinheiro tem que retornar a quem de direito, que é a Confederação Brasileira do Desporto Escolar. Esse dinheiro não é e nunca foi do COB.



Esse dinheiro tem que estar na mão das federações de desporto escolar, voltar ou às atléticas ou aos grêmios escolares. Isso tem que ser incentivado. O desporto escolar tem que acontecer como uma manifestação cultural que irá preencher os futuros celeiros do nosso esporte olímpico, do nosso esporte de rendimento. Se isso não acontecer, estaremos fadados a um grandioso naufrágio.

Outra coisa é não se esquecer de capacitar aqueles professores que estiveram na escola nova. O esporte é um elemento transformador sim, mas não aquele discurso antigo: o esporte tira das drogas, o esporte faz, o esporte acontece. O esporte é uma estratégia que, se bem usada, na mão de um profissional competente, poderá ter esse desenrolar satisfatório a toda a sociedade. Na mão de qualquer diletante, nada vai acontecer. Se assim fosse, o time da cadeia faz esporte todo dia, seja através de futebol, peteca ou voleibol, sairia todo mundo de lá reabilitado. Não acontece! Não acontece! Isso só vai acontecer na mão de profissionais habilitados e competentes, profissionais de Educação Física.

Portanto, para esse plano nacional deveriam ser escutadas as instituições de ensino para reformular a sua constituição. Aqui não vai nenhuma crítica à formação, nem nos cabe, enquanto representante de Conselho Regional ou de Conselho Federal, uma crítica à formação. Há uma constatação da atualização. Nós temos passado por instituições onde o voleibol é dado há 20 anos da mesma maneira, esquecendo-se de que foi um processo criado em 1954 e que chegou ao Brasil em 1972 pelo Baacke, um alemão, chamado minivoleibol, que nós temos a mania de chamar Método Bernardinho. Não!

Isso foi desenvolvido na Alemanha em 1954, chegou ao Brasil em 1972, e só muito recentemente está sendo implantado. A mesma coisa aconteceu com o futebol. O futebol em campos reduzidos, em processos pedagógicos, para as crianças foi trazido para nós, pelo prof. Lamartine, em 1972. E agora aparece como um *boom* pelas grandes equipes de competição de futebol dizendo: “*isso é a solução do futebol*”. Não. A solução do futebol é fazer um *upgrade* com os seus técnicos.

Que os formadores das categorias de base tenham essa aptidão. Tenham um profundo conhecimento do desenvolvimento motor e um profundo conhecimento de



motricidade e que os técnicos de alto nível passem por uma universidade de desenvolvimento de tática.

Eu fiquei muito satisfeito quando nós jogamos com a Argentina e o Prof. Tite disse o seguinte: *“eles tinham 21 aberturas de jogos. Nós estudamos todas e bloqueamos todas elas. Por isso que o Brasil jogou bem”*, ou seja, não aconteceu porque o time está num dia feliz.

Então, eu não acredito em sorte. A sorte é uma combinação de a pessoa estar preparada e, quando surgir a oportunidade, ela aplicar todo o conhecimento para o qual se preparou.

Quanto à questão da universidade do esporte, nós temos vários exemplos e grandes exemplos, promissores, como a Universidade Colônia, na Alemanha; Madrid na Espanha; Porto em Portugal; Ontario, no Canadá, mas são outras legislações.

Lá eles não legislam no sentido de que a magnitude do Brasil e daqueles que ajudaram a promulgar a Lei 9.696, não há o cuidado com a lesão precoce, não há o cuidado com a sociedade nem com a saúde, nem com a qualidade de vida.

Em Portugal, apesar de desenvolvido muito grandemente o esporte, um taxista que ficou comigo durante 2 dias, fez um curso de 6 meses e era técnico de futebol. Nas categorias de base era até onde ele pudesse chegar. O céu era o limite para ele. Esse cuidado eu só vi no Brasil e, principalmente, na América do Sul.

Em 1972, nós fizemos o primeiro curso de voleibol, que era voltado para esse engrandecimento aos técnicos de futebol. Nós passamos na primeira fase e já queríamos fazer a segunda.

Os técnicos da Argentina todos voltaram e nós: *“não, nós queremos ficar aqui. Vamos nos empoderar desse conhecimento. Depois, nós voltamos para fazer alto nível”*.

A preocupação com eles e o pessoal do Chile era com as categorias de base. Isso só acontece aqui, lá fora não. Essa preocupação tem que estar contida, como disse muito bem o Presidente Jorge Steinhilber, no Plano Nacional do Esporte.

De quem é essa competência? Quem vai dinamizar isso? De que forma? Qual é o conceito que nós vamos colocar para essas atividades de competição?



Com que regras elas serão dinamizadas? Nesse Plano Nacional do Esporte, que verba será adotada para que esse Plano seja atingido?

Se não houver verba, nós vamos ficar no sonho. Como diz o Presidente, os nossos verbos é sonhar e acreditar, mas nós temos que correr atrás. Nesse ponto, nós ficamos muito satisfeitos com a relatoria do Deputado Evandro Roman, por ele ser um Deputado puro sangue, profissional de educação física, professor de universidade, coordenador de universidade, passou por uma brilhante gestão de Secretário de Estado do Desporto e agora é Deputado Federal.

Muito obrigado a todos os presentes. Um grande abraço aos profissionais de educação física, aos docentes de instituição superior, aos acadêmicos de educação física que estão aqui e a todos os membros desta brilhante mesa.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Góes) - Agradeço a participação do Sr. Antônio Eduardo Branco.

Passo a palavra ao Sr. Lindeberg Aziz Cury Júnior, Secretário Executivo da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

O SR. LINDBERG AZIZ CURY JÚNIOR – Boa tarde, pessoal! Boa tarde, Deputado Roberto Góes, a quem agradeço em nome do Deputado Evandro Roman, que preside esta Mesa. Cumprimento também o Sr. Jorge Steinhilber, a quem agradeço em nome de toda a Mesa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Queria falar um pouquinho sobre o conteúdo do Plano Nacional do Desporto.

O Plano Nacional do Desporto começa basicamente com a Lei Pelé, em 2011, no seu art. 5º, que dispõe que os recursos do Ministério do Esporte serão aplicados conforme dispuser o Plano Nacional do Desporto. O Plano também figura no § 3º desse mesmo artigo, citando que o Ministério do Esporte, ouvido o CNE, terá a incumbência de propor o Plano Nacional do Desporto, com execução decenal, observado alguns princípios da nossa Constituição Federal.

Desmembramos essa apresentação em duas partes. Na primeira parte, falaremos de recursos, estrutura, atribuição. Na segunda parte, trataremos da parte que envolve questões de estratégias e de metas.



No período da introdução do Plano, em 2011 — naquela época eu já atuava como Secretário da antiga Comissão de Turismo e Desporto —, houve uma enorme dificuldade de se conciliar os interesses do Plano Nacional do Desporto com o chamado *tsunami* de megaeventos, como sempre lembra o Prof. Jorge Steinhilber. Estávamos em época de Copa do Mundo e de preparação para as Olimpíadas. Então, dificilmente se conseguia puxar uma discussão sobre o Plano Nacional do Desporto. Uma das grandes dificuldades foi o Plano não ter nascido logo depois que foi proposto em lei.

Qual foi a estratégia adotada naquela época? Nós criamos a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, aqui na Comissão do Esporte, em 2015, com o objetivo de dividir as atribuições do Plano com o Ministério do Esporte. A Subcomissão trataria da parte mais específica do Plano, que envolve estratégia, metas e objetivos; e o Ministério do Esporte discutiria a questão da estrutura, do sistema nacional do esporte, do financiamento e das atribuições.

Essa Subcomissão foi criada em abril de 2015, sob a Presidência do Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. O Relator escolhido foi o Deputado Evandro Roman, e os membros da Comissão os demais Deputados que hoje fazem parte desta Comissão.

Este evento da Subcomissão no dia de hoje faz parte do ciclo de eventos que eu vou mostrar para os senhores aqui.

Inicialmente, para contextualizar, citarei algumas atuações da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto. A Subcomissão realizou trabalho conjunto com o Grupo de Trabalho do Sistema Nacional do Esporte; realizou audiências públicas e seminários, ao longo de 2015 e 2016, e também ao longo deste ano de 2017; sistematizou uma proposta inicial que foi apresentada em junho do ano passado, junho de 2016, por meio de mesas redondas e alguns seminários regionais, um deles realizado em Cascavel, na cidade do Deputado Evandro Roman, outro realizado em Macapá, que contou com a presença do Deputado Roberto Góes. Fizemos outro seminário em Belém. Enfim, tivemos oportunidade de fazer alguns seminários regionais para tratar do assunto.

Mais importante: abrimos uma plataforma chamada Wikilegis, em junho do ano passado, com a possibilidade de participação de qualquer pessoa, que nós



tentamos divulgar da melhor forma possível. Nessa plataforma é que surgiram as contribuições ao texto de forma formal. As pessoas que participaram deram sugestões, e essas propostas foram analisadas, não só as que vieram via Wikilegis, mas todas aquelas que foram colhidas nas audiências públicas, nos seminários, nas mesas redondas que nós realizamos no ano passado.

Agora, estamos na etapa final de consolidação. O objetivo final dessa etapa é entregar ao Ministério do Esporte uma indicação, uma proposta legislativa que funciona quase como uma sugestão do Legislativo ao Executivo, contendo o texto do Plano Nacional do Desporto, que vai ser juntado ao texto que o próprio Ministério do Esporte está trabalhando em relação à construção do Sistema Nacional do Esporte. Essas duas partes precisam caminhar juntas. De certa forma, elas estão caminhando juntas.

Temos dialogado muito fortemente com o pessoal do Ministério do Esporte. E aqui quero agradecer à equipe da nossa Subcomissão, que serviu de apoio. O Deputado Evandro Roman já citou a Gabriela e a Carolina, que estão ali atrás. Eu preciso citar a Paola, que também participou dessas discussões, bem como toda a equipe da nossa Comissão do Esporte.

Essas discussões não começaram do nada. Havia um histórico de discussões desde que foi criado o Ministério do Esporte, em 2003. Houve três Conferências Nacionais do Esporte: 2004, 2006 e 2010. Tanto o sistema quanto a discussão do plano pretendiam reunir as principais discussões das conferências nacionais de 2004, 2006 e 2010.

Mas buscamos outras fontes também. Aqui vou citar algumas delas. O Plano Nacional de Saúde e o Plano Nacional de Educação serviram de inspiração. Basicamente, três modelos de planos de esporte internacionais, o da Austrália, o do Reino Unido da Grã-Bretanha e o do Canadá, serviram como fonte para iniciarmos as discussões do plano.

O plano foi estruturado em três grandes grupos: principais diretrizes, metas, que são os objetivos a serem alcançados, e finalmente ações.

Agora, não vou poder entrar nos detalhes do texto todo, mas vou apresentar as cinco diretrizes que já foram colocadas em discussão, já receberam sugestões e acréscimos. As diretrizes que o Prof. Jorge citou já estão num processo de evolução



e eu vou apresentá-las neste momento — esta é a primeira vez que fazemos a apresentação das diretrizes com o texto novo, que contou com a participação de todos.

A diretriz 1 é garantir o acesso à prática e a cultura da Educação Física e do esporte nas escolas da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, respeitando a maturidade física e mental do aluno em cada etapa do ensino.

O Prof. Jorge disse algo muito importante de realmente definirmos o que é uma aula de Educação Física, quem deve executá-la e onde.

Quero trazer alguns dados para os senhores saberem o que embasou o nosso diagnóstico. Tudo isso estará contido nas metas e nas ações.

Dado importante: conteúdo da aula de Educação Física. Observem na Base Nacional Comum Curricular algumas páginas que tratam do conteúdo da Educação Física — eu fiz até uma colinha, porque acabo esquecendo, apesar de passar sempre essas informações —, que envolve dança, esporte, lutas, ginástica, recreação, aventura. Esses são os grandes componentes do novo conteúdo da Educação Física. Repito: dança, esporte, lutas, ginástica, recreação e aventuras. Tudo isso é um ciclo que envolve os anos iniciais, os anos finais e o ensino médio.

Já há um avanço em termos desse conteúdo. Precisamos avançar mais em relação a quem dá aula de Educação Física nas escolas. Não é preciso nem dizer: tem que ser o profissional de Educação Física.

Passarei algumas informações sobre as metas que vão estar contidas no Plano e que nós precisamos nos organizar para atingir esses objetivos. Sessenta e nove por cento dos professores que dão aula de Educação Física nas escolas, nos anos iniciais, são de formação da área de Educação Física; é preciso chegar a 95%, 100%. É preciso chegar a esse patamar. Nos anos finais, 63% são formados em Educação Física; é preciso chegar a 95%, 100%. No ensino médio, 77%; é preciso chegar a 95%, 100%.

Esse é um dos nossos grandes desafios, na primeira diretriz. Outro dado importante é a infraestrutura. Hoje, 44% das escolas têm uma quadra esportiva. Não sabemos, hoje, segundo dados do INEP, qual é a qualidade dessa quadra de Educação Física. Quarenta e quatro por cento das escolas! Mas esse universo de



44% das escolas atinge cerca de 70% dos alunos. Não é um ponto de partida tão ruim quanto nós imaginávamos no início da discussão do Plano.

Basicamente essa é a linha da Diretriz 1.

A Diretriz 2 vai tratar do esporte como promoção da saúde, incentivar a prática de atividade física e do esporte de forma a promover a saúde e a qualidade de vida dos jovens, adultos e idosos, garantindo a todos os meios necessários.

A Diretriz 3 trata do alto rendimento. Já existe um conceito novo, que foi discutido, apresentado, do Brasil como excelência esportiva. Não é o patamar de potências esportivas, como foi falado no início das discussões, de alto rendimento, como de grandes países, como Estados Unidos, a China, hoje a Grã-Bretanha faz parte desse quadro. E, falando em excelência esportiva, nós estamos falando do esporte olímpico, do esporte paraolímpico, do esporte militar, do esporte escolar e do esporte universitário, desse conjunto de classes de entidade dentro do sistema de alto rendimento.

Em relação à Diretriz 4, o Deputado Evandro Roman sempre fazia esta pergunta: se nós detectarmos um talento em alguma instância hoje, o que vamos fazer com ele?

Esta é a Diretriz 4: *“Construir uma trajetória estruturada de iniciação, especialização e aperfeiçoamento, garantindo o acesso a todas as crianças e adolescentes”*. E o importante é isto mesmo: construir uma trajetória. Nós precisamos definir uma trajetória. O atleta é uma criança, e nós o detectamos como uma potência esportiva. Mas para onde ele vai? Qual caminho deve seguir?

Por fim, a Diretriz nº 5: *“Consolidar o Plano Nacional de Desporto como instrumento imprescindível para o planejamento e desenvolvimento do esporte no Brasil”*.

Queria só passar para vocês as diretrizes, em linhas gerais, da nossa proposta, do plano. Finalizando a minha apresentação, faço um depoimento. Como eu disse no começo, o plano fugia um pouco da pauta logo que foi introduzido pela legislação. Esta é uma pauta que vinha desde a legislatura passada, mas essa proposta andou com a chegada a esta Casa do Deputado Evandro Roman, que assumiu o mandato a partir de 2015.



A proposta andou pela felicidade de termos uma pessoa compenetrada com todas as questões do esporte. A partir daí, realmente conseguimos avançar nessa discussão do plano. Nós, pessoas envolvidas com o esporte, precisamos agradecer ao Deputado Roman por ter se empenhado como Relator na Subcomissão (*palmas*) e por ter feito avançar essa discussão do plano ao lado de todos os colegas que fizeram parte também da nossa Comissão do Esporte ao longo desses anos.

Muito obrigado.

A Comissão do Esporte está à disposição de vocês. Há o nosso endereço eletrônico e a nossa página, onde vocês vão poder consultar o avanço dessas discussões do plano nas próximas semanas.

Muito obrigado. Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Góes) - Quero agradecer a explanação do nosso Secretário Executivo da Comissão de Esporte, Lindberg Cury Júnior.

Passo a Presidência ao titular, o Deputado Evandro Roman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado Roberto Góes. Estamos nos revezando na condução dos trabalhos, conforme vão ocorrendo as votações no plenário.

Antes de passar à frente, eu diria que, lá pelo final de março ou de abril, nós poderemos ter tido alguns avanços em relação ao Plano Nacional do Desporto. Eu mesmo conversei com o Ministro Leonardo Picciani e ele falou: "*Olhe, eu vou segurar. Está aparecendo agora tanta coisa ruim no esporte relacionada às Olimpíadas. Vamos deixar um pouquinho mais para frente*".

Quis o destino que, no dia de hoje, com todas as prisões, com todas as situações que ocorreram... Aguardei um momento propício. Enfim, não deu tão certo, não foi como nós gostaríamos. Há coisas que não temos como controlar.

O Deputado Goulart, para quem não o conhece, é fundador da Fiel, torcida do Corinthians. Ele já foi Vereador por muito tempo. V.Exa. já foi Deputado Estadual também, Deputado Goulart?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Ele é um corinthiano convicto. *(Riso.)* É um grande amigo. O Deputado é também muito atuante na Comissão do Esporte.

Lindberg, obrigado pela sua exploração e por todo o trabalho.

Passo a palavra agora ao Sr. Arlindo Pimentel.

O SR. ARLINDO PIMENTEL - Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer, primeiramente, o convite da Comissão, para falar aqui sobre o Plano Nacional do Desporto.

Para quem não me conhece, eu trabalho com educação física desde 1983, quando me formei, lá no Rio de Janeiro, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, atuo no Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal, desde 2001, como advogado, atuando junto das Presidências.

Eu quis trazer aqui hoje um viés um pouco diferente sobre a questão do Plano Nacional do Desporto até para provocar um pouquinho as discussões e as reflexões dos senhores e das senhoras.

(Segue-se exibição de imagens.)

A minha apresentação vai falar sobre Desporto no Brasil: História recente, momento atual e desafios. E, para ir diretamente ao assunto, eu vou trazer, já no primeiro eslaide, a ideia de como isso se inicia. Para os estudantes, talvez isso seja um pouco menos familiar. O pessoal mais antigo, da área da saúde e da educação física, conhece um pouco mais esse assunto.

Trinta e nove anos atrás, na República do Cazaquistão, numa cidade chamada Alma-Ata, foi feita uma Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, organizada pela OMS. De lá, surgiu um documento chamado Declaração de Alma-Ata, que transformou o conceito de saúde no mundo todo, até o ponto de chegarmos onde estamos hoje, para tratar do Plano Nacional do Desporto no Brasil.

Esse documento da Organização Mundial de Saúde expressa a necessidade de ação urgente de todos os Governos, de todos os que trabalham nos campos da saúde e do desenvolvimento da comunidade mundial, para proteger e promover a saúde de todos os povos do mundo.



A Declaração de Alma-Ata trouxe um novo conceito de saúde, em 1978 — não percamos isso de vista. Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade.

Então, vejam que há um componente novo. A questão do físico e do mental são aspectos intrínsecos ao nosso corpo, mas a questão social são aspectos extrínsecos ao nosso corpo. Não temos como cuidar disso necessariamente a partir das nossas iniciativas.

A questão social envolve, no novo conceito de saúde, que até hoje é adotado no mundo todo, qualidade de vida, emprego, habitação, segurança, salário, etc., aspectos que vão fazer com que você se sinta saudável além do físico e do mental.

Na Declaração de Alma-Ata, uma das principais metas — isso está declarado, escrito na Declaração de Alma-Ata — dos Governos, das organizações internacionais e de toda a comunidade mundial, na próxima década, ou seja, na década de 80, deve ser a de que todos os povos do mundo, até o ano 2000, atinjam um nível de saúde que lhes permitam levar uma vida social e economicamente produtiva.

O ano 2000 já passou, há 18 anos. Já vai fazer 20 anos que o ano 2000 passou, e essa meta não foi alcançada.

Em Bangladesh, na Venezuela, no Brasil e em outros países do mundo, ainda não se tem um nível de saúde que permita à população uma vida social economicamente produtiva em sua plenitude. No mundo todo, de acordo com o novo conceito, há muita gente ainda necessitando de saúde, inclusive no nosso País.

De lá para cá, de 1978 para quase 2018, algumas outras declarações e cartas da Organização Mundial de Saúde foram proclamadas. A própria Declaração de Alma-Ata começou em 1978, no Cazaquistão. A Carta de Ottawa, no Canadá, surgiu numa outra conferência internacional de saúde. Nessa carta de Ottawa, surgem as primeiras diretrizes para que haja políticas públicas da área de saúde diferenciadas do que se fazia até então. Isso foi já em 1986. Em 1988, surge a Declaração de Adelaide. Em 1991, surge a Declaração de Sundsvall, na Suécia. Em 1992, surge a Declaração de Santafé de Bogotá, na Colômbia. Em 1997, surge a Declaração de Jacarta. Em 1998, surge a rede de megapaíses em Genebra. E, por último, em 2000, surge a Declaração do México. Então, a última declaração é de 2000, há 18



anos. E nós vamos ver rapidamente um pouquinho de cada uma delas. Eu prometo que eu vou ser rápido.

A Carta de Ottawa, de 1986, é a primeira a identificar cinco campos de ação para a promoção da saúde: construção de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes — eles querem dizer ambientes físicos — favoráveis à saúde, desenvolvimento de habilidades, reforço da ação comunitária e reorientação dos serviços de saúde. Eu chamo a atenção de vocês para a criação de ambientes favoráveis à saúde, já que é o primeiro momento em que se fala de ambientes saudáveis para se trabalhar e etc., e para a reorientação dos serviços de saúde. Com essa proposta de reorientação dos serviços de saúde, vai surgir o SUS aqui no Brasil, 2 anos depois, em 1988, com a Constituição da República, que traz o Sistema Único de Saúde à baila já como um reflexo da proposta da Carta de Ottawa, uma reorientação dos serviços de saúde. Então, é um sistema único de saúde que é ímpar, não existe nada igual no mundo, deu muito certo, tem um resultado muito bom, mas já carece de incrementos.

A Declaração de Adelaide, de 1988, 2 anos depois, na Austrália, traz as políticas públicas saudáveis já com o objetivo específico nesse campo: o valor da saúde, a equidade, que é o direito de todos conseguirem acesso ao desenvolvimento, as responsabilidades pela saúde, as áreas de ação, desenvolvendo novas alianças de saúde já propondo alianças entre o público, o privado, o terceiro setor, as organizações não governamentais e etc., os compromissos para uma saúde pública global e os desafios futuros. Em 1991, a Declaração de Sundsvall propôs uma meta, um objetivo, uma diretriz específica quanto a ambientes favoráveis à saúde. Então, a partir de 1991, quem estava vivo e já era adulto vai lembrar, surge uma política muito mais intensa contra o tabagismo nos ambientes de trabalho, as proibições de fumar em determinados lugares, outras propostas para que houvesse uma atingimento de ambientes favoráveis à saúde.

A Declaração de Santa Fé, em Bogotá, é a única que não é direta da Organização Mundial de Saúde. Vemos ali nos parênteses que ela é da Organização Pan-Americana de Saúde, que é um membro da Organização Mundial de Saúde, mas essa foi uma declaração voltada especificamente para a América Latina com as mesmas diretrizes e metas.



A Declaração de Jacarta, em 1997, propôs novos protagonistas para uma nova era: orientando a promoção da saúde no século XXI. Promover a responsabilidade social, ou seja, ganhar dinheiro, ser ativo empresarialmente e, ao mesmo tempo, fazer o bem; promover a saúde; aumentar os investimentos para fomentar a saúde; consolidar e expandir parcerias — novamente esse assunto — em prol da saúde; aumentar a capacidade comunitária e dar direito de voz ao indivíduo e conseguir uma infraestrutura para a promoção da saúde em âmbito mundial, global.

Destaco agora para vocês uma proposição fundamental da OMS, a Rede de Megapaíses, de 1998, por acaso do mesmo ano da Lei da Regulamentação da Educação Física, no Brasil.

Vejam o que eles dizem na abertura da declaração: Até o ano 2000, 11 países terão uma população de 100 milhões ou mais. Juntos, esses megapaíses atingem 60% da população do mundo. Que países são esses? Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Federação Russa e Estados Unidos da América.

Eu chamo atenção ali para a nota de rodapé. A semana passada, quando montei essa apresentação, fui ao site do IBGE. Lá, há um placar eletrônico constante que diz qual é a população do Brasil naquela hora, naquele instante, naquele segundo. Estava lá 207 bilhões 928 mil. O Brasil já passou de 100 milhões e muito. Já dobrou essa cifra.

A missão da Rede consiste em fortalecer a capacidade de promoção da saúde, nos âmbitos mundial e nacional, no sentido de ampliar a oferta de saúde às populações dos megapaíses, e também à população mundial.

Chamo a atenção para o fato de essa ser uma das primeiras declarações a ter a como uma das metas aquilo lá que faz parte de uma das diretrizes do próprio Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física: estilos de vida saudáveis. Prioridade para as questões de saúde nas áreas de tabagismo, nutrição e atividade física. É a primeira das declarações, desde 1978, que usa a expressão “atividade física”, na sua redação, no seu texto.

Por último, temos a declaração do México de 2000. Eu diria que é a mais inodora delas, a que menos traz propostas novas. Ela só reforça a promoção da



saúde como prioridade fundamental das políticas e programas locais, regionais, nacionais e internacionais e a participação ativa de todos os setores e da sociedade civil na implementação das ações de promoção da saúde. Como todos os setores, leiam o setor público, o setor privado e o chamado terceiro setor, que são as organizações não governamentais, as OSCIPs e etc.

Então, chegamos a 2017, vindo lá de 1978, da Declaração de Alma-Ata para o Brasil de 2017, com a proposta de um plano nacional do desporto finalmente sendo alavancada.

Novamente, falamos aqui das cinco diretrizes. Eu vou passar rapidamente por elas, até porque as minhas já estão desatualizadas. O Lindberg trouxe o texto já mais atualizado, mas as minhas são aquelas que eu encontrei na Internet, eu resumi as 5 diretrizes basicamente, o que tem no âmago delas? Têm o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens nas escolas de ensino fundamental, chamando atenção para isso; acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento integral de jovens e adultos, o texto novo já traz a expressão idosos também; objetivo de tornar o Brasil uma potência esportiva de alto rendimento, já estamos com a expressão excelência, mais segura e mais recomendável, eu diria; a construção de uma estrutura de especialização e de aperfeiçoamento esportivo para o alto rendimento, e a consolidação do Plano Nacional do Desporto como um instrumento imprescindível para o planejamento e o desenvolvimento do esporte no Brasil.

Vocês devem estar notando que eu destaquei 2 diretrizes ali, e eu já explico o porquê. A última diretriz eu vou explicar lá no último eslaide, no último instante, e o objetivo de tornar o Brasil uma potência esportiva eu destaquei, logicamente, porque chama muito a atenção essa diretriz pela sua ousadia, pelo seu arrojo.

E aí eu quis saber como é que é ser uma potência esportiva. Está lá a diretriz 3: objetivo de tornar o Brasil potência esportiva de alto rendimento. Isso era o que estava no Plano, já sabemos que está defasado, mas a ideia persiste.

As metas são: incluir e manter o Brasil entre as 10 maiores potências esportivas olímpicas e entre as 3 maiores paraolímpicas do mundo nos 2 próximos ciclos olímpicos — nós estamos falando de daqui a 2 Olimpíadas —; estabelecer um



ranking baseado nos resultados de jogos olímpicos e paraolímpicos e nos campeonatos mundiais — eu concordo com o Professor Steinhilber que campeonato mundial não é um bom critério, porque existem campeonatos mundiais onde o Brasil se destaca, inclusive no de atletismo, mas chega à Olimpíada e não tem o mesmo papel. Então, se usarmos o campeonato mundial como critério, podemos ter uma impressão errada da realidade — de cada modalidade olímpica e paraolímpica, levando em consideração critérios de avaliação, o quantitativo de medalhas de ouro ou o total de medalhas em presença em finais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Professor, já passaram 13 minutos, mais 2 para concluir, por favor.

O SR. ARLINDO PIMENTEL - O.K.

Então, eu vou só concluir mostrando que, de 1980 para cá, nós não tivemos o Brasil nunca entre as 10 mais medalhadas, está lá no final, na última coluna, nós ficamos na 17ª posição e na 13ª posição só em 1950, quando os Estados Unidos não foram à Olimpíada, lá na Rússia, por isso, a nossa posição melhorou, e em 13º lugar aqui no Rio de Janeiro quando tivemos uma delegação de 465 atletas.

Fora isso, podem reparar que a nossa posição fica sempre em torno de 20ª, 25ª, e até em 53ª nós ficamos em Sydney, quando não conseguimos nenhuma medalha de ouro.

E aí, por último, o cenário político atual, que não é o cenário que a Declaração de Alma-Ata pediu que os países conseguissem, a fim de dar saúde aos povos.

Vou pular o vídeo.

Os nossos desafios são: o Plano Nacional do Desporto, como uma política de Estado, conforme já dito aqui, que ultrapasse os Governos; a correta aplicação das verbas públicas na área do desporto; a qualidade de gestão, que também já foi dito, o Professor Steinhilber destacou isso; equidade social; nutrição; saúde; segurança — sem isso nós não vamos conseguir fazer o plano vingar —; as parcerias público-privadas; capacitação de empregados profissionais técnicos para a área de gestão; combate ao sedentarismo e à inatividade física, que são fatores do nosso século XXI, e uma legislação que promova políticas públicas e facilitação. Tudo isso faz parte da proposta e já foi falado aqui anteriormente.



Por último, a minha conclusão é de que o Plano Nacional do Desporto carece de uma profunda reformulação nas práticas governamentais, de modo a implantar uma cultura nacional que seja alicerçada na valorização da educação física e do desporto como ativos sociais de uma nação, para um sentimento de nacionalismo.

Suas metas ousadas — e elas são ousadas mesmo — devem permanecer inalteradas, pois sinalizam o caminho a ser percorrido para que o Brasil alcance a condição de País equilibrado, de Nação resolvida e de Estado digno.

O contexto político-social atual no País, com carências de toda ordem, exige a adoção de medidas tais como o Plano Nacional do Desporto, o que representa uma das variáveis fundamentais para a construção de um novo Brasil.

Muito obrigado pela paciência. Desculpe pelo tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Arlindo Pimentel, que abrilhanta o nosso trabalho por ser profissional de educação física e também advogado. Muito obrigado mesmo pelas suas considerações.

Passo a palavra agora ao Sr. André Boechat.

O SR. ANDRÉ BOECHAT - Boa tarde a todos os presentes.

Gostaria de agradecer muito a iniciativa do nobre Deputado Evandro Roman. Eu não conhecia o trabalho dele, mas tive a honra e o privilégio de pesquisar a respeito e fiquei muito grato de ter um profissional da educação física tão gabaritado como meu representante nesta Casa. Estudei um pouco da sua história, da sua vida na educação física e sinto-me completamente representado. Parabéns pelo trabalho.

Queria também agradecer ao representante do Conselho Federal de Educação Física — CONFEF, nosso Presidente Jorge Steinhilber. Como profissional de educação física, também tenho muita honra de ser representado por ele. Muito obrigado.

Gostaria de também agradecer pela presença ao colega Antônio Eduardo Branco, à nossa colega Nicole, Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal, e também ao colega representante da Academia Nacional de Direito Desportivo.

Não poderia deixar de também agradecer pelo brilhante trabalho da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, feito por meio do Secretário Executivo Lindberg e dos representantes da área jurídica. Ressalto a importância



desse trabalho porque fiquei impressionado ao estudar sobre o assunto e saber o tanto que já tinha sido realizado. Parabenizo todos da Comissão, pois realmente me impressionou a vasta abrangência dos trabalhos alcançada através das cinco diretrizes. Então, parabéns pelo que já tem sido realizado.

Fiquei também realmente impressionado quando pesquisei e vi os acessos, as respostas, as manifestações das pessoas no *Wikilegis*, que achei muito interessantes. Fiz questão de ler várias delas pela Internet e vi que realmente se formou algo com participação, de fato, popular, inclusive com a presença de bastantes profissionais da Educação Física. Parabéns realmente.

O Prof. Jorge colocou muito bem a questão do cuidado que devemos ter na interpretação jurídica literal das leis. Então, realmente, um magistrado pode decidir de acordo com sua interpretação literal, mas baseado numa vivência que ele não conhece.

Eu me atrevo a falar do Decreto nº 7.984, de abril de 2013, que regulamenta a Lei nº 9.615, de 1998, a qual no § 1º, do art. 1º, diz que *“a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras da prática desportiva de cada modalidade aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto”*, como mencionou o nosso Presidente. Isso logo define uma abrangência muito grande daqueles desportos tradicionais que conhecemos, como, por exemplo, as modalidades olímpicas. No § 2º, menciona que *“a prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes”*. Só nesse aspecto, eu já iria defronte às definições desses magistrados como uma interpretação errônea do que é o desporto ou da nossa área de atuação de abrangência. Além disso, o art. 3º define muito bem o que é o desporto educacional, o que é o desporto de participação — que é o desporto praticado de modo voluntário — e o que é o desporto de rendimento.

Então, eu me atrevo a seguir fazendo com que os profissionais estudantes de educação física que aqui estão reflitam sobre a abrangência e a importância do Plano Nacional do Desporto. Quando tive a honra de ser convidado para estar nesta mesa, eu fiquei pensando qual era realmente o propósito. Quando pensamos num plano nacional do desporto, eu me imagino com 70 anos, 80 anos, eu imagino também os meus avós e os seus avós pequenos, quando começaram a praticar



atividade física, se trabalharam bem ou não com profissionais realmente capacitados ou não, e chegaram a sua maturidade com seus 70 anos de idade, por exemplo.

Atrevo-me a dizer que o Plano Nacional do Desporto deve dar uma atenção de trás para frente também, ater-se, por exemplo, como serão as práticas desportivas estabelecidas no Plano Nacional do Desporto para aquele que já está na sua aposentadoria, para aquele que já está no seu fim de vida. Será que estamos lembrando deste ponto? Podemos, por exemplo, sugerir que haja possibilidade de acesso a centro de lazer, como os SESC's, com o objetivo de desfrutar de um final de vida mais prazeroso e com menos incidência de repetir os altos gastos de SUS.

Então, veja a importância de um Plano Nacional do Desporto bem realizado e bem feito chegando ao final de sua cadeia. Esse indivíduo de 70 anos de idade, por exemplo, pode ter sido um atleta de alto rendimento ou não. O que um Plano Nacional do Desporto bem feito pode gerar em termos de economia para o nosso País? A maioria dessa população idosa estaria ativa desfrutando livremente das práticas de lazer e, conseqüentemente, não oneraria cada vez mais o Sistema Único de Saúde, que sabemos estar completamente sobrecarregado.

E aí, voltemos um passo atrás. Gostaria que a Comissão se ativesse também na preocupação com os adultos maduros, aquelas pessoas que já estão em plena maturidade financeira, por exemplo, trabalhando, grande parcela das quais está acometida de situações de estresse, de inatividade física. Então, com o Plano Nacional do Desporto, o que podemos fazer por essas pessoas, que são a grande maioria da população, que estão trabalhando e não tem sequer a possibilidade de desfrutar de meia hora de atividade física?

Será que nós vamos trazer alguma coisa que possa acrescentar benefícios a elas, no âmbito das empresas, através de incentivos fiscais, por exemplos? O que podemos trazer para esses indivíduos que vieram lá das universidades, das escolas do ensino médio, do ensino fundamental, e agora chegaram ao mercado de trabalho, estão absolutamente maduros, mas não têm sequer tempo de praticar uma atividade física? Será que haveria a possibilidade — dentro do próprio local de trabalho, através da estimulação de convênios para a prática de atividade física, com bonificações para seus funcionários — de isso estar abarcado dentro do Plano Nacional do Desporto?



E aí, vou abaixo, ainda, tratando do adulto jovem, que são vocês que estão na universidade. Será que nós poderíamos e deveríamos criar no Plano Nacional do Desporto incentivos maiores ainda para que as universidades recebam vocês como atletas de alto rendimento? Ou não, ou apenas como meros estudantes? Vocês, no caso aqui, são da área da educação física, mas me refiro também a estudantes da matemática, do direito, enfim, de diversos outros segmentos que possam ser mais estimulados nas universidades, tanto públicas quanto privadas.

Será que nós poderíamos deter um pouco mais de atenção sobre esses aspectos? Será que poderíamos olhar um pouco como acontece isso no modelo canadense, no modelo do Reino Unido? Eu vi um trabalho bem interessante das universidades na Inglaterra, que mostra como isso acontece.

Então, teríamos que tornar esse estímulo um pouco mais obrigatório, mais incentivador. Eu acho que nós devemos também trazer uma reflexão sobre esses aspectos desses adultos que se encontram nas universidades.

E aí, gostaria, por exemplo, de sugerir que haja um selo de qualidade para essas universidades, porque essas universidades promovem o esporte, promovem a atividade física, sendo de alto rendimento ou não. Então, sigo nessa sugestão.

E vou ainda um pouco mais para baixo, para a escola de base, na fase escolar onde nós temos o ensino médio e o ensino fundamental. No ensino médio, a exemplo das escolas americanas, aqueles jovens ficam ansiosos para ir à *high school*, com o objetivo de obter uma bolsa numa sonhada escola particular, ou até mesmo numa prestigiada escola pública brasileira.

De que formas podemos fomentar isso, fazer com que o esporte seja procurado e almejado pelos jovens de hoje?

E aí, lá na base curricular, eu acho que nós devemos nos atinar para sermos bem abrangentes no Plano Nacional do Desporto, para que tenhamos uma mescla do desporto educacional com o participativo. O que eu quero dizer com isso? Está no conceito da lei que apresentei aos senhores que o desporto participativo é aquele praticado de modo voluntário; e o desporto educacional, além de outras abrangências, é aquele que, realmente, visa também as questões do esporte em si, do desporto em si, fazendo um paralelo como se fossem as modalidades olímpicas.



Então, hoje nós estamos ou ao mar ou a terra; ou a atividade só pode ser algo lúdico, de inserção social, em que não se pode explicar uma regra de uma determinada modalidade ou, do outro lado, nos planos curriculares, há as escolas com um cunho mais de rendimento. Por que não podemos ter as duas? Por que não haver a obrigatoriedade das duas ou a disponibilidade de uma e de outra concomitantemente?

É contemplado na Diretriz 1 que uma das ações deveria ser *“discutir e aprimorar a Base Curricular Nacional da Educação Física e orientar os professores de Educação Física na preparação de suas aulas”*.

Então, essa é a minha opinião. Eu achei uma ação muito bem coerente, mas realmente, talvez, não devemos ficar em definições político-partidárias do que é Educação Física — e eu me atrevo a dizer esse termo —, mas abarcarmos o todo.

Eu acho que há uma consideração importante — e eu já estou finalizando — que deveria haver uma meta para que “x” por cento dos alunos do ensino médio também praticassem atividade física, uma vez que a Diretriz 4 menciona apenas a *“participação de, pelo menos, 50% dos alunos do ensino fundamental e médio em atividades esportivas no contraturno escolar”*. Só que isso está no âmbito do alto rendimento.

Com relação ao desporto de alto rendimento, eu percebo que ele está contemplado na Diretriz 3, que foi muito comentada aqui hoje, ainda mais com a retificação dos termos utilizados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Professor, já foram 13 minutos. Faltam 2 minutos para terminar o tempo.

O SR. ANDRÉ BOECHAT- Obrigado.

Eu sugiro a criação de uma escola nacional de formação de treinadores de alto rendimento, que abarque todas as principais modalidades olímpicas, por exemplo. Nela haveria um ranqueamento de treinadores nível 1, 2 e 3, como já acontece com algumas modalidades do esporte nacional. Talvez algo similar com o que está acontecendo na Ação nº 7 da Diretriz 3.

Uma das metas da Diretriz 5 é a aprovação da constituição do Sistema Nacional do Esporte pelo Congresso Nacional.



Na minha opinião, deveria haver uma alteração no Decreto-Lei nº 7.984, de 2013, que regulamenta a Lei nº 9.615, de 1998, na Seção III, que trata Dos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Diz o parágrafo único do art. 7º que a constituição de sistema próprio de desporto pelos municípios é facultativa. Acho isso extremamente perigoso. A partir do momento em que é facultativo, pode não ser efetivamente realizado. E nós sabemos que os municípios são quem abarcam a maioria do nosso País.

Faço uma ressalva, para finalizar, sobre os recursos públicos. Devemos ter muito cuidado com a questão dos recursos públicos. O art. 17 dessa mesma lei menciona que os recursos públicos serão aplicados conforme o PND. Na sequência, o art. 21 menciona, de forma descritiva, de maneira explícita e implícita, os recursos a que se refere.

Então, eu sugiro que, no intuito do PND não virar apenas uma carteira teórica, que tentemos ser bem explícitos com as necessidades de capitação de recursos públicos, para que não fiquemos à mercê de interpretações diversas da finalidade real das metas e ações do PND, ou seja, temos de ter muito cuidado com a redação desse PND, no que tangem à questão de capitação de recursos públicos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Prof. André Boechat, profissional de educação física e bacharel em Direito, por sua explanação.

Antes de passar a palavra ao último orador, quero agradecer a presença dos estudantes da Universidade Euroamericana, a UNIEURO, futuros profissionais de educação física, que estão acompanhados da Profa. Raiane Pereira, doutoranda. Obrigada pela presença. (*Palmas.*)

Agradeço também a presença dos futuros profissionais de educação físicas, estudantes da Universidade Paulista, UNIP, do Distrito Federal. Destacamos a presença do professor doutor Roberto Nóbrega. (*Palmas.*)

Gostaríamos também, da mesma forma, de cumprimentar os estudantes do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal — UNIPLAN, que estão aqui acompanhados também pelo Professor Doutor Marcos Vinícius. Obrigado também pela presença. (*Palmas.*)



Assim, vocês têm a oportunidade de acompanhar os senhores professores e o quanto é difícil formular ou reformular uma lei. Exaustivamente, são discussões e mais discussões.

Passo a palavra agora ao Sr. Leonardo Andreotti — não sei qual será o seu tema —, mas junto com o Ministro Caputo Bastos, estamos discutindo a criação de uma autoridade nacional do Direito Desportivo.

Essa autoridade nacional está sendo desenhada, está sendo acompanhada, porque, talvez — estou aqui deduzindo —, ouvindo a fala do presidente Jorge Steinhilber, seja do Direito Desportivo juntamente com a Justiça Desportiva. Muitas dessas ações de constituição de novas federações, de organizações, talvez haja um filtro lá, mas nunca prevalecerá sobre o poder de um projeto de lei aqui.

Então, eu acredito que estamos indo para um desenho desses, não gerando mais cargos, mas buscando dentro das estruturas públicas pessoas com essa vocação, respeitando as instâncias estaduais, federais. Isso hoje fica ao bel prazer dos Estados, o que tem incomodado e causado algumas dificuldades terríveis aqui em várias ações. Inclusive, que essa autoridade da justiça desportiva seja instituída de tal forma a atender todas as modalidades, sem exceções.

Então, eu passo a palavra agora ao Sr. Leonardo Andreotti.

O SR. LEONARDO ANDREOTTI - Muito boa tarde a todos, em primeiro lugar, Excelentíssimo Sr. Deputado Evandro Roman, em seu nome eu quero agradecer o convite formulado à Academia Nacional de Direito Desportivo, agradecendo de forma extensiva, portanto, ao Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Presidente da Academia, que me incumbiu de estar aqui hoje, e muito me honra estar aqui hoje, na presença de todos os senhores, desde logo rendendo minhas homenagens aos profissionais de Educação Física, pelo dia 1º de setembro, que é o Dia do Profissional de Educação Física.

Não me sinto, e aí já me adianto nesse sentido, um peixe fora d'água numa mesa repleta de excelentes e renomados professores de Educação Física, no sentido de que o Direito Desportivo e a Educação Física, assim como a Psicologia do Esporte, assim como a Medicina Esportiva e outras áreas do conhecimento sempre atuam e andam juntas e sempre de forma entrelaçada.



O esporte tem esse componente multidisciplinar. E a necessidade de discussão desses temas, pegando emprestado, então, a fala do Deputado no sentido de trazer uma discussão multidisciplinar e conjunta, é premente, é necessária a fim de que nós possamos entender todo o sistema, claro que de uma forma sistêmica.

Ilustríssimos senhores membros componentes desta mesa, quero cumprimentá-los todos na pessoa do também Excelentíssimo Deputado Roberto Góes, todos os Parlamentares que se fazem presentes, queridos amigos que aqui se encontram, e tenho a honra de encontrar o Gabriel, o Marcelo, o Lindberg, enfim, para mim, é motivo de muita honra poder representar a Academia Nacional de Direito Desportivo, e, obviamente, de forma até natural, o próprio Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, que tenho a honra de presidir atualmente.

No que se refere ao tema, eu vou me permitir falar de uma forma mais geral, de uma forma mais genérica, sem me ater exatamente ao texto proposto, no sentido de trazer a necessidade de reflexão para um sistema desportivo.

Quando nós falamos em Plano Nacional do Desporto, nós estamos falando de um documento que não é simples, é tão complexo que ele ainda está sendo discutido, quando já deveria ter sido efetivamente elaborado.

Trata-se aqui até de uma recomendação do próprio Tribunal de Contas da União no sentido de que o Plano Nacional do Desporto deva ser elaborado para que trace as diretrizes e para que traga o planejamento de toda a estrutura, de toda a estruturação, de todo o avanço de uma política pública esportiva.

Trata-se do Acórdão nº 1.785, de 2015, do Tribunal de Contas da União, do Plenário, que traz aqui para nós elementos muito importantes em termos de necessidade de discussão.

Portanto, é louvável a iniciativa desta Subcomissão no sentido de trazer a discussão e indicar ao Ministério do Esporte, como Poder Executivo, as medidas a serem pensadas e, eventualmente, adotadas para o fim de implementação de uma política pública esportiva, concretizada num documento tão importante e tão complexo, que seria o Plano Nacional do Desporto.

Nesse sentido, é preciso considerar do ponto de vista jurídico à coerência do sistema como um todo. Nós temos um Sistema Brasileiro do Desporto e, logo, um



Sistema Nacional do Desporto, que traz no art. 13 da Lei Pelé, a Lei Geral do Desporto brasileiro, Lei nº 9.615, de 1998, conhecida como colcha de retalhos, devido às sucessivas alterações, que traz agora a necessidade de consolidação. E nós já temos conhecimento de um projeto de lei da Lei Geral do Esporte Brasileiro tramitando no âmbito do Senado Federal, assim como há também um projeto de lei nesta Casa, na Câmara dos Deputados, tratando desta matéria.

Nós percebemos que existe um movimento coerente, como já antecipei, e bastante coordenado em diversas frentes, sobre diversos aspectos e vieses, de várias entidades de órgãos da administração pública do Estado como um todo, no sentido de trazer à discussão esses temas tão interessantes e tão importantes para a efetivação de uma política pública esportiva.

Como eu já vinha levantando, há necessidade de coerência do Sistema Nacional do Desporto. O art. nº 13 da Lei Pelé, portanto, traz a existência de algumas entidades que compõem esse sistema, como o Comitê Olímpico Brasileiro; o Comitê Paraolímpico Brasileiro; as entidades nacionais de administração do desporto, conhecidas, na sua grande maioria, como confederações esportivas; as entidades regionais de administração do desporto, as denominadas federações desportivas regionais ou estaduais; as ligas esportivas; as entidades de prática desportiva; o Comitê Brasileiro de Clubes, que se insere, a partir da mudança da Lei Pelé, em 2011, no rol do Sistema Nacional do Desporto e ocupa um papel muito importante, no sentido de fomento público do desporto, no âmbito da formação do atleta, concretizando um mandamento constitucional estabelecido no art. 217 da Constituição.

Então, o CBC vem neste momento aplicar recursos públicos provenientes, portanto, do Estado, com a finalidade única, exclusiva e específica de formação de atletas olímpicos e paraolímpicos. Daí considerar que o Sistema Nacional do Desporto nos traz como conclusão lógica a presença e a coexistência de diversas entidades de naturezas jurídicas diversas ou não, mas que têm atuações e atribuições distintas.

O que eu quero dizer? Quero dizer que cada uma das entidades que compõe o Sistema Nacional do Desporto tem a sua atribuição própria e o seu limite próprio de atuação. Por isso, temos que ver o Sistema Nacional do Desporto como um



sistema, numa interpretação efetivamente sistêmica, com o fim de adquirir o conhecimento e a *expertise* de cada uma das entidades e chegarmos efetivamente a uma conclusão do desporto como um todo, como um bem comum do Estado e do cidadão, que tem direito ao desporto, que tem direito à prática desportiva, conforme determina o próprio art. 217 da Constituição Federal.

Nesse sentido, considerando o Plano Nacional do Desporto como um todo, é necessária — eu acho inclusive desnecessário mencionar isso — a valorização do profissional de Educação Física. Se considerarmos, nesse exemplo que eu dei de atribuição do Comitê Brasileiro de Clubes, em suas políticas públicas esportivas de formação de atletas, que a formação do atleta depende, em larga medida, se não em total medida, da atuação do profissional de Educação Física, nós temos que entender que, para a implementação e efetivação de uma formação esportiva adequada e eficiente, é óbvia a necessidade de valorizarmos a profissão do educador físico. Essa é uma das frentes, é uma das questões intrincadas, complexas, delicadas que nós temos que enfrentar, que nós temos que debater.

Dentro desse contexto, inclusive, é necessário que nós entendamos a realidade de algumas modalidades esportivas no contexto de conhecimento do sistema como um todo. Existem modalidades esportivas que contam com profissionais com experiência específica em certa modalidade. Às vezes, nós não conseguimos enxergar, dentro daquela *expertise*, dentro daquela especialidade, uma conexão com a área acadêmica, com o seu diploma de profissional de Educação Física. Nós não podemos fechar os olhos a essa realidade.

A partir do que entendem os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Educação Física e dentro de sua legitimidade, dentro de sua coerência, acredito que uma aproximação desses profissionais específicos que, até então, não contam com um diploma específico da atuação e que, portanto, não poderiam, efetivamente, praticar, exercer, aquela profissão de treinador e de professor... É necessário que a realidade seja observada, para fins de levar esse profissional técnico, esperto naquele assunto, naquela determinada modalidade esportiva, para o âmbito da academia, para a legitimidade. Se nós fecharmos os olhos para essa situação, nós teremos, fatalmente, uma lacuna que trará um prejuízo para o destinatário principal,



que é o atleta, o atleta menor, o atleta em formação. É na base de todo o sistema desportivo que nós temos que pensar.

Dentro da questão da coerência do sistema, dentro da questão da interpretação sistêmica do sistema, eu quero chamar a atenção — já estou me encaminhando para o fim e para, depois, ficar à disposição para eventuais questionamentos — para a reflexão da necessidade de conjugação das políticas públicas, principalmente no âmbito da formação que eu estou tentando levantar, para a atuação conjunta daqueles efetivos formadores, que são os clubes, como já foi identificado. É no clube que o atleta se forma, mas em conjunto com o sistema escolar, o sistema universitário.

É claro que trazer um modelo americano de sucesso, um modelo exitoso, transplantá-lo ao Brasil — simplesmente transplantá-lo —, é algo impossível. São modelos distintos, são culturas distintas, e isso deve ser observado. Mas adaptá-lo à nossa realidade é algo possível. Talvez uma valorização do desporto escolar, do desporto universitário em conjunto com todas as atribuições de cada uma das entidades componentes do sistema nacional do desporto possa ser interessante para o fim de efetivamente se implementar uma política pública esportiva efetiva, eficiente e que nos traga muitos resultados positivos. Os resultados positivos não são apenas os resultados esportivos, não são apenas as medalhas, os pódios, mas também o resultado numa transcendência social.

Acredito que a minha participação possa se resumir a essas considerações.

Quero trazer, apenas a título de curiosidade, a informação de que tive a oportunidade de realizar o meu mestrado na Espanha em Direito Desportivo em um Instituto Nacional de Educação Física, então, demonstrando a necessidade de coesão, de trazer conjuntamente os assuntos ligados ao esporte para uma discussão multidisciplinar, como muito bem faz esta Subcomissão.

Muito obrigado pela atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Sr. Leonardo Andreotti. Nosso abraço a todos os membros da Academia Nacional de Direito Desportivo, em nome do Ministro Caputo Bastos. Em seu nome também estaremos sempre construindo e teremos a oportunidade de construir essa



autoridade do direito à Justiça Desportiva única no Brasil. Pode ter certeza de que vamos caminhar para isso.

Houve uma solicitação de eu passar à participação de competição que leve o esporte brasileiro ao seu ponto mais alto, o primeiro concurso de artigos científicos da Comissão do Esporte. As inscrições são até 25 de setembro de 2017. Então, estão aí o pessoal da iniciação científica dentro das universidades, os professores que têm seus alunos participando e os próprios professores também. Queremos elaborar um artigo ou transformar um artigo inédito, a sua Monografia, dissertação ou tese versando sobre um dos temas: *Esporte e Saúde*, *Esporte e Educação* e *Esporte de Autorrendimento*. Então, vai até o dia 25 de setembro para que isso possa ser feito.

O Presidente Jorge Steinhilber solicitou mais 5 minutos. Trata-se de uma situação que o está deixando inquieto. Gostei até da colocação, para que nós possamos ter o entendimento e depois partimos para o debate com vocês.

Obrigado.

O SR. JORGE STEINHILBER – Muito obrigado. A intenção é chamar a atenção de todos para essa questão do debate.

Foi-nos apresentado aqui que há 20 anos o plano deveria existir, mas não existe. Foi-nos apresentado aqui que, durante esses anos todos, o Ministério do Esporte vem gastando dinheiro sem ter um plano. Como uma lei estabelece que os recursos do Ministério serão aplicados de acordo com um plano que não existe? Como foi gasto esse recurso ao longo desse tempo todo? Essa é a preocupação que temos aqui em relação a toda essa questão do plano.

Eu quero fazer um cumprimento especial ao Secretário Lindberg pela forma democrática e participativa com que ele tem construído esse processo, mas não se iludam. Ele procura fazer, como todos os técnicos aqui procuram fazer, da forma mais objetiva possível. Na Câmara dos Deputados existe sempre uma questão de disputa de força e queda de braço.

Dentro desta Comissão do Esporte existem três Deputados que são objetivos e não defendem o profissional de Educação Física e defendem explicitamente que ex-jogador de futebol, ex-lutador, ex-atletas sejam os responsáveis pelo treinamento das atividades esportivas. Isso é concreto, assim como nós, felizmente, temos o



Deputado Evandro, que conseguiu, no mês passado, dentro da Comissão, vencer uma questão relacionada à Ginástica Laboral. Nós vamos ter essa disputa relacionada aqui.

Neste momento, eu tive a oportunidade de ver esse plano que o Secretário Lindberg apresentou numa audiência pública que eu fui em Goiás, apresentado pela Deputada Flávia Morais. Naquela ocasião, ela me entregou, bem como a todos os presentes, o plano, não sei se exatamente dentro das mesmas diretrizes, mas muito parecidas com as que o Secretário apresentou. Aqui ele não apresentou as metas, as ações, mas a impressão que tenho, depois de ter lido isso aqui, é que nós fomos derrotados por aqueles que não querem o profissional de Educação Física para desenvolver o trabalho.

Estou dizendo isso por quê? Na primeira diretriz que ele apresenta lá: garantir o acesso à prática e à cultura da educação física e do esporte nas escolas de educação básica, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, respeitadas a maturidade (...)” De novo, por meio de quem? Por que não está nas diretrizes curriculares como deveria estar — garantir não-sei-quê e não-sei-quê ministrados por profissional de educação física? Se no anterior estava e neste aqui não está, existe essa queda de braço.

Eu trago essa preocupação ao Deputado Relator no sentido de que é preciso explicitar, conforme dois Deputados apresentaram. É preciso deixar isso explicitado tanto nas diretrizes quanto nas metas.

A meta é: “Assegurar em 5 anos a efetiva prática de educação física a 100% dos alunos da educação básica”. Novamente, digo que, se não for ministrada por profissional de educação física, esse Plano Nacional vai acabar virando letra morta, como a Lei nº 9.615, de 1998, que diz que deve haver um plano nacional para que o Ministério gaste, e não há esse plano.

Volto a repetir, volto a solicitar ao Relator, o Deputado Evandro, que dê atenção a essas questões.

Na Diretriz 2, que é “Incentivar a prática de atividade física (...) garantindo a todos os meios necessários”, a meta é aumentar 70% não-sei-quê. De novo, não está aí o profissional de educação física. Então, é preciso inserir uma meta que assegure que as atividades físicas sejam orientadas e ministradas por profissional



de educação física, senão vai ficar no subconsciente que a atividade física deve ser desenvolvida por uma pessoa qualificada. Não podemos deixar isso no subconsciente, não podemos deixar isso no subliminar, não podemos deixar isso no entendimento. O Plano deve ser objetivo, conforme todos aqui colocaram. Deve ser objetivo. Meta: quanto vai ser, percentual que vai ter, quanto dinheiro vai ser investido e por quem vai ser desenvolvida essa questão.

Quando se fala na excelência esportiva... Muito bem, mudamos o termo para “excelência esportiva”, a não ser que as metas tenham sido modificadas. Quando a Deputada Flávia entregou o documento, estava lá: *“Ficar entre os dez primeiros colocados no quadro de medalhas nos Jogos Olímpicos de 2020 e 2024”*. De novo, por que só Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos? Aí incluiu: *“Incluir e manter o Brasil entre os três primeiros colocados nos Jogos Mundiais Militares”*, ou seja, nós estamos dando ênfase aos Jogos Mundiais Militares e aos Jogos Olímpicos e queremos manter o Brasil entre os dez primeiros colocados nas Universíadas. Especificando isso, será que vamos de fato contemplar o desenvolvimento das atividades esportivas?

Para mim, ainda colocaria aqui uma meta que é fundamental e essencial: assegurar que todos os atletas, ao longo da vida esportiva, estejam matriculados em curso superior.

Nós precisamos dar garantias, nós precisamos dar condições para que os atletas estudem, não porque estejamos defendendo a educação física escolar, mas porque eles devem ter uma inserção social, seja na advocacia, seja na medicina, seja onde for. Se não estabelecemos isso como meta, mais uma vez o atleta vira mercadoria, o atleta é utilizado, e, depois de terminada a fase atlética dele, ele não tem inserção social.

Então, Deputado, peço ao senhor que realmente dê um pouco de atenção a essa questão relacionada a esse processo, para que realmente o Plano possa avançar.

Desculpem-me por esse momento especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu que agradeço.



Diria até, Lindberg, Carol e Gabriel, que, pelo que entendi, foram entregues duas versões, uma pela Deputada Flávia Morais e outra... Então, há dois pareceres aqui em relação às ações. Então, essa é a inquietude. Mas pode ter certeza de que existe só um. Vamos levantar para ver realmente o que ocorreu.

Passo a palavra agora ao nosso grande amigo, firme militante da questão desportiva, o Deputado Roberto Góes, do Amapá.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Obrigado, Deputado Evandro.

Saúdo os membros da mesa, em nome do Dr. Jorge Steinhilber. É alemão? Tcheco? Em nome dele saúdo todos os membros da mesa. Parabenizo os acadêmicos que estão aqui, os professores e doutores que vieram participar desta audiência. Essa é uma audiência simples, mas, com certeza, tem um significado muito importante para aquelas pessoas que estão em busca desse novo desafio.

Eu escutei atentamente e percebo que, desde a primeira carta para cá, a discussão sempre ficou muito na teoria, vamos pouco para a prática, mas vivemos em um país muito grande, de dimensão continental. Eu sou do Amapá, ex-Território Federal que foi transformado em Estado, onde o pai governo, a mãe Estado e a mãe Prefeitura têm que arcar com todas as despesas. Vejo com muita preocupação essa questão.

Eu estava junto com o Deputado Evandro na última votação, que foi polêmica, como o Prof. Jorge já falou ainda agora. Conseguimos passar, por um voto. Mas vejo que há muita gente também trabalhando nessa clandestinidade, que ainda não está formada, mas tem uma formação teórica e educacional que precisa ser vista, como foi dito pelo Leonardo.

Um problema parecido com esse é na questão da comunicação: do radialista, do comunicador e do jornalista. Então, é uma discussão muito parecida. Mas temos que ir forçando, pois o País está mudando, o mundo está mudando. Não adianta voltarmos para o tempo da pedra lascada, do tempo do polichinelo. Acho que o mundo está evoluindo e nós temos que evoluir. Não podemos fazer tudo, não podemos agradar a todos, mas é importante a formação acadêmica e científica. Isso faz com que as pessoas melhorem cada vez mais.

Então, parabenizo todos que estão aqui. Acho que a discussão é muito importante. Tivemos a oportunidade de viajar junto com o Evandro em várias



audiências de que participamos, junto com o próprio Lindberg. Mas vejo que o Ministério dos Esportes ainda olha essa discussão, naquela parte, sem olhar muito, porque acho que já deveria ser efetivado, Evandro. Nessas questões há muito papo, muita conversa furada, parece que é moda. Vem a Copa do Mundo, vem aquela moda toda, vêm as Olimpíadas, depois passa, e fica tudo como era antes. Temos que ter uma ação, realmente, que não seja partidária, mas de continuidade. Acho que o nosso grande problema é esse.

Eu participei aqui de algumas audiências, com a própria Confederação Brasileira do Desporto Escolar, onde estamos criando uma Subcomissão, justamente para trabalhar esse assunto dos Jogos Escolares. Eu sou Presidente de uma federação de futebol. Hoje há a CBF Social, que, por muitos anos não estava próxima da sociedade.

A Confederação Brasileira de Futebol — CBF criou a CBF Social, com toda estrutura. Ela está buscando parceiros, como o Governo Federal, através do Ministério dos Esportes, os Governos Estaduais e a iniciativa privada, para fazer um treinamento e ocupar um espaço que já existe — do Governo Federal, dos Municípios e dos Estados — para aperfeiçoar, aprimorar o aprendizado desses professores que já são do quadro do Estado, do Município. Já são concursados os professores que prestam serviço. Mas, dentro de uma perspectiva acadêmica, não basta jogar uma bola para o garoto e se achar professor de educação física ou professor de escolinha de futebol, e achar que vai formar um atleta. Mas como vai formar um atleta? Eu acho que tudo isso tem que ser discutido.

Essa é uma discussão ampla e importante de ser trazida. A CBF — Confederação Brasileira de Futebol tem uma força política muito grande, pode ajudar muito na aprovação dessas questões. E nós temos de aproveitar o momento de crise por que passa o País. Se nos unirmos, conseguiremos aprovar muita coisa dentro do Congresso Nacional.

No mais, quero parabenizar todos, principalmente os acadêmicos, e me colocar à disposição sempre, Deputado Evandro, para aprimorarmos, cada vez mais, esse plano tão importante para o crescimento do País.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado Roberto Góes.

Justiça seja feita — e está aqui o nosso Presidente do Conselho Federal de Educação Física —, o Deputado sempre está conosco, acompanha todas as ações e tem o entendimento pessoal de que a aula de educação física tem que ser ministrada com qualidade. E quem dá essa qualidade é o profissional de educação física.

Eu não sei quem é o Presidente Conselho Regional de Educação Física do Pará e Amapá — CREF/PA-AP. Mas, se puder, eu pediria que aproximasse o CREF ao Deputado, pelo entendimento que sempre tem. E olhe que ele goza de uma grande amizade com os Deputados aos quais que estavam se opondo naquele momento, mas disse: *“Eu realmente estou fechado. Voto com a Educação Física, voto contigo”*. E nós vencemos por um voto. Então, com certeza, o seu voto foi decisivo ao extremo nessa situação.

Por solicitação, passo a palavra ao Sr. Antônio Eduardo Branco, Presidente do CREF9/PR.

Depois passarei a palavra ao Dr. Marcus Vinicius, Professor de Educação Física do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal — UNIPLAN.

O SR. ANTÔNIO EDUARDO BRANCO - Deputado Roberto Góes, muito obrigado pela sua sensibilidade, muito obrigado pelo seu voto, muito obrigado pela bela representação do seu Estado, que hoje é ligado ao CRE/PA-AP. Fiquei muito contente com a sua fala. Ela nos dá a oportunidade de sermos bastante esclarecedores.

O Sistema CONFED/CREFs, quando criado, até por força de lei, teve que assumir esta capacidade dada aos pretensos leigos, por exemplo, na área de musculação, no futebol. Ou seja, aqueles que a lei proveu, aqueles que foram provisionados — o termo vem de “provisão” — foram acatados, independentemente se já trabalhavam há 1 dia ou há 3 anos antes da homologação da lei.

O que preocupa muito o Sistema CONFED/CREFs é que isto é uma enxurrada constante. O sujeito que não quis estudar e que, aos 22 anos, ainda tem capacidade de estudar pode, em 1 ano, estar na faculdade — não sabemos com que tipo de barateamento da educação. A mesma preocupação nos vem com a



pessoa que vai cuidar do meu neto, do seu neto, dos filhos desses jovens. Se metade deles for responsável eticamente, a outra metade está danada e vice-versa; se essa metade não for responsável eticamente, acontecerá o mesmo.

Terceiro ponto preocupante, nesse plano educacional, é que aqueles que são formadores, sejam eles clubes, associações, federações, promovam o ensino, sejam responsáveis por essas pessoas. É um absurdo que os clubes formadores de futebol ganhem milhões com a venda de um passe de um jogador. Ele pode ser vendido, de 6 meses a 1 ano, para o Qatar, por 1 milhão de euros! Isso para o Brasil, na atual contingência econômica, é uma fortuna!

Não houve nenhum ensino a distância enquanto esteve sob a guarda daquele clube. A hora em que quebrar uma perna, ele vai ser ou vendedor de alguma coisa num boteco ou ser técnico de futebol. Mas ele teve esse *upgrade*? Ele esteve quanto tempo com muitos técnicos de alto nível? Não sei, ninguém sabe. Não estamos aqui falando de um Zidane. Não estamos tirando a compreensão daqueles que trabalharam em alto nível. Mas a lei se torna generalista. Aquele que jogou na cidade de Três Coquinhos por 15 dias pode ser atleta profissional e pode ser um técnico profissional?

É preciso estabelecer, primeiro, que critérios vamos utilizar para acolher essas pessoas. Segundo, qual a responsabilidade daqueles que formam atletas de dar educação a essas pessoas, para que numa eventual parada daquele esporte que ele escolheu, possa ser qualquer coisa, até, de muito valor para nós, um profissional de Educação Física. Mas que ele possa ser médico, empresário, advogado.

Essa é a nossa preocupação. Esse discurso de que nós não acatamos as diferenças, não! Desde 1998, nós estamos acatando as diferenças. O Sistema CONFEF/CREF, através de suas diretorias, acatou o Projeto Olímpico. Aqueles que foram atletas olímpicos e tiveram denodo de conhecimento e de desempenho foram acatados no sistema. Agora, indefinidamente vão aparecer jogadores de futebol que vão parar muito rapidamente. Também vamos acatá-los? Quantos milhares de jogadores param por ano? (*Palmas.*)

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Presidente Branco, pela sua explanação.

O Presidente Jorge Steinhilber disse: *“Nós fomos embarrigados, enganados durante o legado Copa do Mundo, o legado Olimpíadas”*. Disseram-nos que haveria várias situações, que a organização seria assim, que a iniciativa privada ficaria com 90% dos custos. E tudo terminou. Resumo, hoje, o Ministério do Esporte praticamente tem que usar um terço do que tem para manter as estruturas porque foi levado na conversa. Ou seja, não tivemos nada realmente do que nos foi prometido. Enganaram-nos, e a grande maioria que nos enganou já não está atuando, muitos estão presos inclusive. O que fazemos?

Eu diria que essa dificuldade é complicada. Eu peço aos acadêmicos que têm até 20 anos que levantem a mão. Se tiverem 21 anos, não.

Pois bem, esse plano que nós estamos discutindo aqui — os senhores fazem parte dele — tem sido debatido há 20 anos. Por mais que tenha sido feito, então, é um bom tempo. Para os senhores verem qual é o processo. Quer dizer, era para ter sido feito, não foi. Quem solicitou isso? A própria lei solicitava isso, os tribunais cobravam. O quê houve? Então, é uma pergunta a ser feita, na linha do que o Deputado Roberto Góes disse, que eu acho, acho, não, tenho certeza, que o Brasil está mudando. Está mudando para a linha da regularização, da organização. E nós temos que puxar a frente disso aqui, e organizar. O Plano Nacional do Desporto tem que sair. Nos que depender de nós aqui, e eu tenho certeza que posso contar com o senhor também, Deputado Roberto Góes, e com muitos outros Deputados, nós temos que contar firmemente com os CREFs, com o CONFEF para que isso saia, senão — vou colocar o dedo na ferida — o que está acontecendo hoje? Quando não se tem uma organização regulamentada, como o Plano Nacional do Desporto, com toda a situação, quem toma conta é o Comitê Olímpico Brasileiro, da forma como ele quer, invadindo, principalmente situações diretas, como a do esporte escolar, que deveria estar afeita à Confederação Brasileira de Desporto Escolar, e vão invadindo porque não existe uma regulamentação. Então, essa linha do quanto pior, melhor, não tem mais como continuar. Nós somos os profissionais que nos formamos, somos profissionais formados e temos essas ações. Então, é um desabafo, dizendo: “Enquanto isso não for regularizado...”. E vamos ter, Deputado Roberto, muita



oposição aqui do Comitê Olímpico Internacional; nós vamos ter oposição, em algumas situações, do próprio Ministério, não diretamente do Ministro, porque o Ministro é uma pessoa muito sensata, mas de algumas pessoas que fazem esse jogo do enquanto não estiver documentado, se não estiver documentado, organizado e as regras não estiverem claras para atingir os Municípios, as ações, fica mais fácil de dizer: “Não, este ano vai para lá” ou “Não, este ano volta e vou para cá”. Não. Se existe a regra, o Plano Nacional do Desporto, diz: “Não, não é possível que isso ocorra”.

Nós estamos que estar firmes aqui e combativos nessa ação.

Eu passo a palavra agora para o Prof. Marcus Vinícius, e depois, na sequência, para o Roni, Conselheiro do Paraná. Por favor, Prof. Marcos Vinícius.

O SR. MARCOS VINÍCIUS - Boa tarde a todos. Eu sou professor do Centro Universitário UNIPLAN, e a constatação que tenho feito, há anos, é que não tem como se transformar conhecimento em riqueza se não se tiver centros técnicos para isso.

O curso de Educação Física, dentro de uma universidade federal é só mais um curso. Agora, imaginem um curso de Educação Física numa faculdade estadual de educação física, com um currículo mais moderno, sendo responsável por pesquisa, extensão e ensino! Isso seria uma vitrine tremenda para a população. A população está acostumada a ver faculdade de Medicina; ela nem imagina que o meu professor de Educação Física é um profissional de saúde. Pensem assim: “Se eu consigo ensinar as pessoas a cuidarem da própria saúde, eu vou conseguir com que o Governo economize milhões de reais apoiando essa pessoa no Sistema Único de Saúde”. Sai muito mais barato, é muito mais barato se formar um professor de Educação Física de qualidade do que se formar um médico. E com um centro de excelência desse tipo, eu teria, por exemplo, ensino e pesquisa para auxiliar os nossos atletas. Eu tenho um número muito baixo de mestres e doutores em Educação Física. Em Biologia, eu tenho muitos; em Física, em Química, mas em Educação Física, eu conto nos dedos quem são eles. Eu conheço um: o Prof. Roberto, aqui do nosso lado, que é Doutor pela Universidade de Wisconsin. Mas são poucos.



Eu gostaria de saber se nesse plano diretor existe a possibilidade de se criar essa faculdade específica para Educação Física. E se não houver essa ideia ainda, eu gostaria de participar na criação desse modelo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Prof. Marcos Vinícius.

Essa resposta pode ser dada pelo Sr. Jorge. Ou na sequência, passamos a palavra a você, Roni.

O SR. JORGE STEINHILBER - Eu responderia a você fazendo um comparativo com a Medicina. O médico se forma em quê? Em Medicina. Ele vai ser cirurgião, vai ser dermatologista, vai ser pediatra depois da formação, ou seja, ele vai buscar a especialização.

Eu entendo a Educação Física exatamente dessa forma. Há um curso de Educação Física e, se você quer ser professor, faz a Licenciatura. Se você não quer ser professor, quer trabalhar em outra área, faz o Bacharelado. Um Bacharelado ou uma Licenciatura lhe dão uma formação genérica, para você conhecer o ser, conhecer a pessoa, conhecer as questões fisiológicas, cinesiológicas, etc. Depois você se direciona para um campo, por uma questão ética.

Eu poderia ministrar judô? Sim. Nunca vou ministrar judô porque não conheço judô. Essa é a minha postura ética como profissional. Eu vou trabalhar naquilo que eu sei fazer e sei fazer bem, para poder realmente ter um trabalho de qualidade e segurança.

O nosso entendimento é o de que os cursos devem ser efetivamente genéricos nesse contexto e que os profissionais devem, depois, fazer a sua especialização.

Por isso, falei, sobre a questão do Plano Nacional, da obrigatoriedade de o atleta estudar. Temos experiência disso no voleibol e na ginástica rítmica: o atleta que quer ser treinador, que tem a intenção, como atleta, de ser treinador, está fazendo curso de Educação Física. Eles acoplam o quê? A prática com o conhecimento acadêmico.

Trata-se do que o Deputado Roberto Góes disse, da mudança, da evolução da sociedade, ou seja, o atleta tem o conhecimento prático e acopla a isso o



conhecimento científico, metodológico e efetivamente ético-profissional. Assim haverá um profissional capacitado para cada segmento desses.

Então, essa é a nossa intenção, e nós estamos criando especializações. O Conselho Federal já está criando as especializações, para que as pessoas façam o curso, especializem-se no que pretendem efetivamente militar. Tenho certeza de que ele vai dar uma garantia de conhecimento e segurança aos beneficiários.

Essa é nossa posição neste momento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Presidente Jorge Steinhilber.

Passo a palavra ao Sr. Rony Tschoeke, Conselheiro do CREF9, do Paraná.

O SR. RONY TSCHOEKE - Obrigado ao Deputado Evandro Roman.

Boa tarde a todos.

Sou Rony Tschoeke, Conselheiro do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região, do Paraná, profissional de Educação Física há 20 anos e Conselheiro há 6 anos.

Eu queria aproveitar a valiosa oportunidade desta sessão pública em que nós profissionais de Educação Física, estudantes e sociedade de modo geral podemos participar de um debate para contribuir de alguma forma com o Plano Nacional do Desporto, que é tão importante.

Quero parabenizar a Mesa por todas as apresentações.

Começo fazendo um cumprimento muito especial ao Deputado Evandro Roman pelo trabalho que vem sendo feito.

Quero pegar o gancho da ginástica laboral, da qual o senhor falou há pouco. Por 6 votos a 5 foi votado o relatório, que obteve a vitória. Ele diz que a ginástica laboral é de fato, por uma questão legal e constitucional, uma prerrogativa dos profissionais de Educação Física.

E trago essa legalidade e essa constitucionalidade para este assunto que está em pauta aqui. É muito chocante para nós que assistimos daqui da plateia, a plateia de uma Casa de Leis, o Presidente Jorge Steinhilber ler na sua fala inicial uma minuta que, como o senhor mesmo apontou, difere da que foi apontada pelo Secretário Executivo, Lindberg.



Independentemente do motivo que levou isso a acontecer publicamente aqui, o que mais nos chama a atenção, Deputados e senhores todos presentes, é que nesta Casa de Leis nós estamos de novo muito apertados numa questão que se entende tranquilamente do ponto de vista legal. Todas as atividades descritas no Plano Nacional do Desporto são prerrogativas legais do profissional de Educação Física. No texto final, não aparece que elas devem ser realizadas por um profissional de Educação Física, e isso surpreende.

Uma visão mais simplista, mais ingênua, poderia considerar que isso é tão óbvio que nem precisaria ser colocado no texto. Mas não podemos ser tão simplistas assim, e isso ficou muito claro em todas as falas da Mesa.

Eu quero concatenar minha fala com o que diz o Presidente Antônio Eduardo Branco, que sempre nos deu um ensinamento muito importante que eu queria dizer aos estudantes e aos profissionais de Educação Física: nós temos que nos tornar agentes políticos, não basta a competência técnica. Temos que nos tornar agentes políticos para acompanhar tudo isso que está acontecendo no aspecto legal da nossa profissão.

De fato, que não sejamos ingênuos. Que a questão legal prevaleça e que esteja explicitado que as atividades que já são legalmente da Educação Física devem ser ministradas pelos profissionais dessa área.

Parabéns, Deputado Evandro! Parabéns a todos!

Muito obrigado por esta oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Prof. Rony, realmente nos chamou a atenção esse ponto que foi levantado pelo Prof. Jorge Steinhilber, nosso Presidente, e que foi notado também por você.

Há um trabalho feito entre a Comissão e a Assessoria Técnica, mas você pode ter certeza de que o fechamento desse trabalho é do Relator. Você pode ter certeza de que, nesse trabalho, não há a mínima chance de que isso não ocorra. Dessa forma, nós vamos fechar isso aqui.

Realmente, essa situação não tem que ser subentendida. Não. Isso tem que estar escrito, claramente escrito. Não há subentendimento. O subentendimento, lá na frente, não vai valer nada no entendimento de uma regra, de uma lei.

Então, você pode ter certeza dessa situação.



Quero dizer que, pela dificuldade de se obterem os votos, está aqui outro Deputado, o Deputado Fábio Mitidieri, de Sergipe, um grande amigo, que votou conosco e vota em várias ações. (*Palmas.*) Ele é bastante crítico de algumas ações, porém é uma pessoa atuante, é um defensor. Ele já foi Secretário do Esporte de Sergipe e, toda vez que é procurado, tem uma conversa atuante. E toda vez que há a defesa do profissional de Educação Física, ele tem a sensibilidade de acompanhar e de fazer essa defesa. Ele é muito ligado ao CREF de seu Estado como também o nosso amigo Deputado Roberto Góes, e isso é bom, ou seja, eles são pessoas que entendem realmente que a prática de uma atividade física, uma aula de qualidade, tem que ser realizada pelo profissional de Educação Física.

Dessa forma, passo a palavra ao Deputado Fábio Mitidieri, para que faça suas considerações.

Sei que você — não gosto de chamar ninguém de V.Exa. e não gosto de ser chamado assim, como disse de manhã — chegou agora, mas tenho certeza de que, inteirado das ações como sempre está, não terá dificuldades de fazer um comentário sobre esta ação relativa ao Plano Nacional do Desporto, que já acompanhou por várias vezes. Você, inclusive, é membro da Subcomissão que trata desse assunto.

Estamos acompanhando esse trabalho para que possamos fechá-lo o mais brevemente possível.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Boa tarde a todos.

Peço desculpas por ter chegado apenas no final. Hoje tem sido um dia de muitas reuniões por causa da reforma política, que está em tramitação nesta Casa.

Mas não poderia deixar de passar aqui para dar um abraço não só no Deputado Evandro Roman, nosso parceiro e amigo que nos encheu de elogios, mas também, em nome de toda a Mesa Diretora da Comissão, no nosso amigo Jorge Steinhilber, que tem sido um parceiro no nosso mandato.

Eu tenho colocado o nosso mandato à disposição do CONFEF e de todos os profissionais de Educação Física. O Estado de Sergipe tem hoje um CREF graças à atuação do Prof. Jorge, e eu fico muito feliz de poder ter colaborado com isso através do nosso mandato. Sou o Relator de alguns projetos que influenciam diretamente alguns profissionais de Educação Física, e temos sempre atuado em colaboração com os profissionais.



Portanto, parabenizo a todos que vieram aqui hoje. Sei da importância da data e sei muito mais da importância do Plano Nacional do Desporto, do que ele será na vida do profissional de Educação Física.

Contem com o apoio do Deputado Fábio Mitidieri.

Tenho certeza, Deputado Evandro Roman, de que o relatório que vai ser formulado vai estar de acordo com a esperança de dias melhores que tem o profissional de Educação Física.

Peço perdão por não ter chegado ao horário correto.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado.

É muito bom já ter, praticamente — não o deixando numa “saia justa” — manifestado que, no Plano Nacional do Desporto, estará acompanhando os interesses da Educação Física. É claro que terá que ter conhecimento do conteúdo, mas isso é muito bom.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Pode ficar tranquilo com relação ao nosso apoio.

Às vezes eu me atraso, Prof. Jorge, mas chego na hora certa. Na votação que terminou em 7 a 6, meu voto foi o de Minerva. Na votação passada, quando eu cheguei, só faltava (*ininteligível*). Mas cheguei para salvar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Foi terrivelmente abordado na entrada para rever o voto, mas manteve o voto conosco, e isso foi muito bom.

Passo a palavra à Profa. Nicole Azevedo, Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região, do Distrito Federal.

A SRA. NICOLE AZEVEDO - Boa tarde.

Eu gostaria de fazer uma pequena colocação voltada principalmente aos profissionais de Educação Física.

Hoje identificamos que as crianças e os nossos jovens estão muito ligados à tecnologia e nas ferramentas digitais e sentimos uma dificuldade.

Eu trago esse questionamento para os acadêmicos e profissionais aqui presentes. Essa é uma coisa que eu também me questiono com certa frequência. O



que podemos fazer para tornar a Educação Física, a atividade física, mais interessante, mais atrativa, mais praticada?

Sabemos que o futuro dessa geração que hoje está grudada no telefone celular, no iPad e nas ferramentas digitais está possivelmente comprometido, porque a criança que não pratica atividade física, possivelmente, será um adulto que não irá praticar atividade física. Como nós professores podemos atuar de forma determinante na mudança desses hábitos? Eu acredito que hoje não podemos mais chegar a uma escola, mesmo com toda a precariedade que existe e entregar uma bola e deixar o pau comer, como dizem.

Nós precisamos fazer da educação física uma modalidade mais atraente. Eu me recordo, eu me lembro que o momento mais legal para mim na escola era a aula de educação física. Hoje nós vemos mais esse comportamento. Eu tenho uma empresa, uma academia em que recebo fichas das empresas, das escolas, para que nós assinemos para validar as aulas de educação física.

O exercício dentro de uma academia está longe de ser atividade física desenvolvida em uma escola. Eu queria apelar para os profissionais de educação física e aos estudantes que avaliem o seu comportamento e o comportamento dos profissionais para conseguirmos elevar o nível da educação física escolar, para que ela seja cada vez mais praticada e que as pessoas realmente criem uma adesão à atividade física. Dessa forma, teremos um país mais saudável, pessoas menos obesas, menos estressadas e mais felizes, com toda certeza. *(Palmas.)*

Obrigado, Profa. Nicole pela sua explanação. Há uma sensibilidade na ação. Eu tenho certeza que desta forma nós vamos cada vez mais melhorando e buscando a qualidade na nossa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Sr. Presidente, vou fazer um comentário sobre o que disse a Profa. Nicole, quando nós éramos mais jovens a escola também ajudava. Nós tínhamos torneio infantil, jogos da primavera, jogos estudantis, o que motivava a criança e o adolescente praticar uma atividade física. O estudante tinha uma oportunidade de um torneio. Todo mundo gosta de uma disputa. Não é só jogar por jogar. Hoje a Secretaria da Educação dos Estados e Municípios não investem tanto quanto investiam no passado nesses jogos



estudantis, nesses jogos escolares. Isso prejudicou para que esse trabalho fosse feito nas escolas.

Eu acho que temos que chamar à ordem as secretarias de Estado, secretarias de Município, para que nós retomemos esses projetos que incentivam as crianças, cada vez mais, a gostar do desporto, a gostar da atividade física. Era a melhor hora da escola a aula de educação física. Você ia brincar quando ia praticar uma atividade física.

Tem-se de pensar de forma macro, no sentido de ampliar para que as escolas e as secretarias de educação de Estados e Municípios possam também se somar para que a gente retome a atividade física nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado Fábio Mitidieri. Tem a palavra ao Sr. Joel de Oliveira, da cidade de Campo Mourão, conselheiro do CREF-9 do norte do Paraná.

O SR. JOEL DE OLIVEIRA - Obrigado, Deputado Evandro, cumprimento os demais presentes, é um prazer estar aqui para discussão e participação do Plano de Desenvolvimento Nacional de Desporto.

Acho extremamente louvável o que foi enfatizado aqui até este momento, em relação às prerrogativas do profissional de educação física. Eu gostaria de entrar um pouco na questão técnica do plano. Tive contato com o texto até algum tempo atrás. Pude observar que, dentre tantos, está sendo reformulado o fundo financeiro para o desenvolvimento do desporto.

Ao longo do texto, eu vi que ele estava muito — muito não, totalmente — direcionado para o desporto escolar e para o desporto de participação e senti que houve um pouco de abandono do esporte de rendimento. Os valores destinados ao esporte de rendimento ficaram restritos praticamente à Lei de Incentivo ao Esporte e à Lei Agnelo/Piva.

Então, eu gostaria de saber, como houve evoluções — o Sr. Lindberg expôs algumas evoluções — eu não tive conhecimento disso —, se se pretende reordenar o valor financeiro do fundo (*ininteligível*) desenvolvimento, para que seja direcionado para o esporte de rendimento também, ou se se vai manter o esporte de rendimento única e exclusivamente com a Lei de Incentivo ao Esporte.



Nós sabemos que hoje, no País, quem depende da Lei de Incentivo sofre muito.

Seria isso o que teria a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Joel, obrigado.

Eu diria, até numa linha como essa, que, em uma leitura do Plano Nacional do Desporto, não é que o esporte de alto rendimento seja deixado de lado. Nós temos o entendimento de que a iniciativa privada já investe bastante no esporte de alto rendimento.

(Não identificado) - E há as estatais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - E também há as estatais: Correios, Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES. Também há isso.

Talvez possamos rever a forma como isso está ocorrendo — via federações e confederações —, mas, perto do que se tem direcionado para o esporte de participação e para o esporte escolar, ele é muito maior ainda. Nós temos a intenção de, talvez, facilitar, Joel, algumas ações direcionadas para o esporte de alto rendimento pela Lei de Incentivo ao Esporte, uma lei federal.

Mas, em termos de ações diretas, hoje eu diria que o Plano é bastante focado no desenvolvimento do esporte escolar e no desenvolvimento do esporte de participação, para que, partindo dessa massificação do esporte, do investimento cada vez maior, ordenado, organizado, partindo da quantidade nós possamos chegar à qualidade, lá na ponta.

É um pouco complicado dizer o que é qualidade. Na verdade, a situação é a seguinte: o Plano visa ao praticante da atividade física, para que, no final de um período, quando ele não tiver mais a prática esportiva escolar, ele consiga ter o prazer, Joel, de calçar um tênis, vestir uma camiseta e fazer uma caminhada no final da tarde, porque ele, como o ser humano é um animal de hábitos, se habitou a ter a liberação da endorfina no organismo e sente falta daquilo. Então, ele vai buscar fazer essa ação. E nós vamos trabalhar muito voltados para a promoção da saúde, para a qualidade...

Então, nós temos uma ação muito voltada para isso, mas não é que o Plano esteja dizendo... Você tem razão quando diz que o esporte de rendimento está



menos enfatizado. Talvez nós trabalhemos mais a redação, para que isso seja colocado, dizendo: *“Não vamos perder nada do que temos. Podemos, sim, na regularização do Plano, verificar se essa distribuição que existe é eficaz ou não é”*.

Eu tenho uma opinião: ela não é eficaz. Ela não foi eficaz. Eu tenho essa opinião. Mas, se formos discutir isso, precisaremos de mais umas 3 horas, e talvez eu possa ser convencido de que não é verdade o que eu estou pensando.

Mas eu acredito que o modelo direto, dando às federações e às confederações o recurso sem um método de cobrança de ação, sem acompanhamento, não funcionou. Talvez, no afogadilho de uma olimpíada, ele tenha dado um resultado até bom: décimo terceiro lugar no *ranking* final, enfim. Mas, para um desenvolvimento em longo prazo, eu não consigo ver dessa forma.

Uma das aberrações, como disse anteriormente, Deputado Fábio Mitidieri, é o recurso do esporte escolar não estar com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar. Isso foi muito bem lembrado pelo Presidente Branco, do CREF9.

O COB — Comitê Olímpico do Brasil tem que ficar com o esporte de alto rendimento, como é na Austrália e nos Estados Unidos — ontem, nós tivemos a oportunidade de ver isso. O Comitê Olímpico vai cuidar da organização do esporte de altíssimo rendimento, ou seja, do topo do topo da pirâmide. O restante nós temos que trazer para uma situação mais social, com um trabalho voltado ao acompanhamento das crianças, em todos os seus níveis de idade biológica e cronológica, seja no crescimento, seja no desenvolvimento e seja na maturação. Isso cabe a nós. Então, vamos regulamentar.

Meu relatório está indo por esse caminho. Já estou até apontando o caminho, mas não estou dizendo: *“Olhem, o relatório vai se fechar dessa forma”*.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente, corroborando essa ideia, há um projeto de lei na Comissão de Educação neste momento que redefine os recursos que vêm da lotérica, que hoje é quase todo destinado ao COB, ao esporte de alto rendimento.

Como bem colocou o Deputado Evandro Roman, dos 10% que cabem ao desporto escolar, que deveriam ser de responsabilidade da CBDE, 5% têm que ser executado pelo próprio COB. Significa que há muito recurso nas mãos do COB e pouco recurso nas mãos do desporto escolar, das confederações, dos clubes.



Como o projeto está tramitando nesta Casa, a nossa ideia é redefinir esses valores, tirar um pouco dessa concentração que existe hoje no COB. É mais do que necessário redistribuir isso, ampliar os recursos para o desporto escolar, para o desporto universitário e também para os clubes e confederações.

Dessa forma, não se enfraquece o COB, mas se permite que ele cuide da gestão e do esporte olímpico e deixe a prática e a execução para quem é de direito, para quem faz o esporte no dia a dia, que são os senhores, os atletas, os professores e os profissionais. Esses, sim, devem ter a maior parte do recurso.

Essa é a nossa visão. O projeto está tramitando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu lhe diria que V.Exa. foi sutil. Eu já diria o seguinte: 100% do esporte escolar não é de competência do Comitê Olímpico brasileiro. Isso não deveria ser no Brasil como não é em nenhum outro lugar do mundo. Basta visitarmos os dez principais países que ficaram com mais medalhas na Olimpíada que veremos que a responsabilidade do Comitê Olímpico de cada um deles é acompanhar unicamente os esportes olímpicos de altíssimo rendimento. Deu! A partir dali, tem que haver outra opção, porque senão o braço não alcança, fica muito difícil acompanhar. Mas a gestão do recurso acaba ficando ali.

Eu diria que isso pode ser distribuído de várias formas, o que não é pouco. Havendo uma concentração na Confederação Brasileira do Desporto Escolar e um trabalho junto às federações do desporto escolar dos Estados, já é desenvolvimento. Isso já está tramitando, e tenho certeza que vamos avançar.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Gostaria de complementar: o recurso da CBDE — Confederação Brasileira do Desporto Escolar, pela lei atual, é repassado pelo COB. Então, o recurso vem para o COB. Considerando o que é de direito da CBDE, o próprio COB executa 50%. Ele diz que gasta com jogos estudantis: *“Num evento só, eu gastei metade do seu dinheiro”*. A outra metade ele repassa. É assim que funciona hoje. Queremos acabar com isso. A mesma coisa acontece com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário — CBDU, e assim vai. Queremos acabar com isso, porque não está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Mostrou que não está bem.



O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Mostrou muito bem, a Polícia Federal foi lá ontem. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu não ia tocar nessa linha, mas, enfim... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - V.Exa. disse que eu era muito sutil. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Tem razão. *(Risos.)*

Por favor, quando quiser interferir, sinta-se à vontade.

Passo a palavra à Joana da Hora. Por favor, apresente-se, dizendo de qual universidade é.

A SRA. JOANA DA HORA - Sou estudante da Universidade Paulista, estou no oitavo semestre, finalizando o curso.

O que eu venho propor com os senhores o desporto que estamos discutindo aqui, que engloba todos os esportes na área escolar, na área de formação de atletas. Como é que fica o desporto lazer? Como é que fica aquela população que não tem condição, que a saúde está uma precariedade só. Como ficamos nós, profissionais de educação física, que estamos nos formando, como vamos fazer para que isso chegue para pessoas que não estão tendo essa vivência? Existe nas unidades básicas de saúde o projeto, mas não existe aquele profissional que diz que nós somos realmente o profissional de educação física e está atuando, como, verdadeiramente, um educador físico. Como é que fica esse Projeto para essa área voltada para o desporto da área de lazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu lhe diria, Joana, respondendo o Joel, e foi na linha que ele falou, foi muito bem lembrado pelo Presidente Jorge Steinhilber, o art. 217 da Constituição prevê que você tem que priorizar o esporte de lazer, que é o que você mencionou, juntamente com o esporte educacional, que vai até os jogos universitários. Está na Constituição.

Se nós fizermos alguma coisa junto ao Plano Nacional de Desporto que venha ferir a Constituição, ele será taxado de inconstitucional. Sendo assim, ele morre antes de nascer. Há todo um zelo, que foi muito bem lembrado. Por várias vezes nós trabalhamos, mas na hora acaba não vindo todo o alicerce que você tem



que ver quando chegar. Chegou à CCJ barrou, porque é inconstitucional e fere realmente o princípio do art. 217 da Constituição.

Então, Joana, permita-me responder, talvez eu não fosse um dos mais indicados, seriam os advogados que aqui estão. Depois se quiserem fazer sintam-se à vontade.

A partir do momento em que não está regulamentado, fica ao entendimento do gestor. O entendimento do gestor, muitas vezes, nem é o Ministro, é um secretário que fica um tempo e sai.

Nós entramos no achismo. Eu brinco sempre, o achismo é a arte contemporânea, você vê o que você quer em um quadro de acordo com o entendimento que você tem porque o imaginário pertence a você. Isso é lamentável.

Se você vem e diz está aqui porque a Constituição prevê, Deputado, isso, nós temos de estar seguindo isso. Está aqui assim, assim. Você caminha, certamente, pela linha que tem de seguir mediante a lei máxima, que é a Constituição Federal.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - A questão não está bem no Plano Nacional de Desporto, mas nas políticas estaduais, municipais. Deputado Evandro Roman, V.Exa. comentou muito bem aqui o seguinte: políticas públicas estaduais, municipais de desporto e lazer. A própria Secretaria Municipal, Secretaria Estadual de desporto e juventude muitas vezes. As políticas públicas têm de começar nos Municípios e nos Estados. A Constituição já contempla, já diz que o lazer é direito do cidadão. Mas acho para que possamos contemplar os profissionais de educação física dentro da questão do lazer e da juventude, vai mais da gestão municipal, estadual, trabalhar isso. Não é bem dentro do Plano Nacional de Desporto. É nessa linha. Embora eu entenda a necessidade e a importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado.

Houve a solicitação do André Boechat. Eu informei ao Deputado Arnaldo Jordy, como ele acabou de chegar, na hora em que S.Exa. quiser, pode interferir, independente da ordem de inscrição.

Na sequência, então, temos: André Boechat, Leonardo Andreotti, Raiane Pereira, Felipe de Assis, Judisleia e Herivelto. Assim, nós fechamos as comunicações. Pode ser dessa forma? (*Pausa.*) Ok.



O SR. ANDRÉ BOECHAT - Joana, acrescentando um pouco na sua resposta, a Diretriz 2 do Plano Nacional de Desporto prevê a instituição de programa — o Presidente Jorge pediu para frisar — que garanta o acesso à prática e à cultura do esporte, de forma a promover a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento integral dos jovens e adultos.

É exatamente isso que o Deputado Evandro Roman está dizendo, porque se isso não estiver abarcado e descrito como lei não vai garantir que aconteça. E uma das ações é reativar espaços públicos na cidade em ambientes naturais que favoreçam a prática de atividade física e de esportes como caminhadas: parques, praças, lagos, montanhas, praias, entre outros.

Então, o seu anseio já começa a ser desenhado aqui. O que realmente vai nos garantir que aconteça é o fechamento desse Plano que está completamente de encontro com o que o Deputado Evandro Roman está propondo.

Portanto, em breve, se tudo der certo, você já terá isso assegurado por lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Leonardo Andreotti.

O SR. LEONARDO ANDREOTTI - Só no intuito de contribuir e complementar também com a informação.

A senhora está muito correta. O Estado deve se inserir naquelas situações, mas é bom que se esclareça que o Estado também se insere no desporto de rendimento.

A própria Constituição Federal, foi muito bem levantado, no inciso II, do art. 217, traz essa priorização do desporto de participação, do desporto educacional e há aplicação, em certos casos, no desporto de rendimento.

Isso está previsto, por uma razão muito simples: por uma questão histórico-legislativa, por uma questão cultural, no sentido de que as próprias federações esportivas, as próprias entidades de administração do desporto, em que pese sua natureza associativa privada e a iminência privada da atividade esportiva em si, elas sempre atuaram no Brasil, assim como funciona na Europa, como uma forma de delegação estatal, em que pese sua natureza jurídica privada, associativa, como entidades delegadas do Estado.



Isso por uma razão muito simples: pela atribuição que ela tem dentro de um fenômeno social, que é a prática desportiva através desse sistema organizado, a própria Lei Pelé. Isso foi levantado pelo André Boechat, no decreto que regulamenta a Lei Pelé, ela se expressa que as práticas formais e não formais do desporto são reguladas pelas normas nacionais e internacionais de cada modalidade.

Isso demonstra que a entidade é privada, o esporte é eminentemente privado, mas a transcendência disso justifica a atuação do poder público. Então, é mais para contribuir nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Sr. Leonardo Andreotti.

Agora tem a palavra a Prof. Doutoranda Raiane Pereira, da UNIEURO.

A SRA. RAIANE PEREIRA - Boa tarde.

Eu sou professora da UNIEURO e, de antemão, parablenizo a Mesa.

Agradeço à Comissão a oportunidade de estarmos aqui.

Parablenizo também os profissionais e os futuros profissionais de Educação Física pelo nosso dia.

O meu questionamento se refere a três questões, que eu acredito que tem relação com a Diretriz 1, que menciona como o esporte vai ser tratado na educação básica.

Então, o meu primeiro questionamento é sobre a clareza no conceito para se trabalhar o esporte dentro da escola. Temos autores como Eleonor Kunz, Valter Bracht, Tarcísio Veiga, que comentam sobre a questão do tensionamento entre o esporte sendo tratado na escola e da escola. Como o Prof. André Boechat comentou, é necessária uma tensão, trabalhar dentro da escola uma tensão entre o esporte que vem de fora para dentro da escola, e de dentro para fora, para que possamos, justamente, sair daquele binômio que tanto ocorreu na fase competitivista da Educação Física, que determinava "Educação Física é esporte". Como temos na BNCC, não é apenas o esporte que deve ser tratado dentro da Educação Física escolar. Mas, dentro do esporte, você deve tratar dessas tensões.

Então, eu gostaria de saber se este conceito está claro: quando eu trabalho o esporte dentro da escola, eu tenho que trabalhar tanto como esporte da escola como esporte na escola, porque esses dois são essenciais?



E a clareza com relação ao que o Prof. Jorge Steinhilber comentou, de se trabalhar todos os esportes, e não ficar apenas naquilo que nós chamamos de quarteto fantástico: o futsal, o handebol, o basquete e o vôlei, um em cada bimestre escolar. Então, como está sendo tratada essa questão de você utilizar todos os esportes, só que considerando o projeto político-pedagógico de cada escola, o contexto de cada escola?

E aí, já puxo um outro gancho: para que eu possa trabalhar de forma mais ampla com os esportes, eu preciso de uma boa estrutura. Então, como está sendo tratada essa questão de além das quadras. Eu preciso, por exemplo, para trabalhar alguns esportes, de alguns materiais específicos, e outros materiais adaptados, considerando que eu tenho, dentro da escola, diversos níveis de coordenação motora e de desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Então, só para finalizar, as três questões são: a clareza do conceito; como está sendo tratada a questão de todos os esportes serem trabalhados na escola; e a questão da estrutura.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Para responder, concedo a palavra ao Antônio Eduardo Branco, do CREF9; em seguida, ao Presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber.

O SR. ANTÔNIO EDUARDO BRANCO - Raiane, que bom que você tocou nesse assunto.

Eu vou começar pelo binômio que vem seguindo a reflexão da sua pergunta, o binômio lazer/recreação. O que é lazer, o que é recreação, o que é esporte, o que é desporto.

Os portugueses dizem “esporte” — eles têm muito bem definido — e “desporto”, aquilo que vem do esporte. Nós ainda temos a confusão, se é a mesma coisa, se não é.

Quando você domina um conteúdo, você faz dele o que quiser. O problema é quando você não domina. Os pedagogos, permita-me agora uma fala — e isso é no meio acadêmico, eu só estou repetindo o meio acadêmico —, “os pedagogentos” negaram o esporte porque eles o desconheciam, João Batista Freire desconhecia o que era esporte. O esporte foi a primeira coisa que colocou a Educação Física no



cenário mundial. Então, você não pode negar um degrau que você lançou. Você tem que galgar outros, e manter o que você já tem.

“Ah, *precisa de melhoria*”, como você falou? Com certeza. Eu posso trabalhar o desporto como forma de inclusão? Sim. Como forma de precognitivos? Sim. Como jogos cooperativos? Vou te dar o exemplo de um clips. Quer coisa mais democrática do que um clips? Ele une dez páginas, e todas estão soltas para saírem a hora em que se quiser. Basta um puxão. Eu posso trabalhar o desporto de competição? Sim. Posso trabalhar o desporto adaptado? Sim. Mas é preciso que eu tenha um profundo conhecimento do desporto, coisa que as escolas deixaram de formar.

Essa negação nos trouxe um problema muito grande. É preciso, como disse muito bem a Nicole, haver a ressignificação da Educação Física escolar. Um garoto passar 5 anos, vamos dizer, no fundamental, mais 4 anos no médio, e sair de lá sem saber como é seu próprio corpo? Essa falha é nossa. Essa falha é nossa! Por que a USP voltou agora com as práticas desportivas? Porque ela é ruim? Não, porque foi acusada, nos Jogos Universitários, igual eu fui em Foz do Iguaçu; 95% dos judocas lá, professor, eram atletas da Seleção Brasileira, ou ex-atletas da Seleção Brasileira, num momento de universidade. Tirando aqueles que eram patrocinados pelas universidades, todos lutavam uma luta e ficavam extremamente exaustos, porque o binômio estudar e trabalhar, no Brasil não pode acontecer. Ou se abandona o esporte e se estuda; ou se estuda e não se faz esporte. O Zidane respondeu muito bem ao Cafu: “*Você não foi nada porque você jogou futebol? Eu sempre joguei futebol e tenho três faculdades*”. Você viu como as realidades, os olhares são diferentes?

O esporte não pode ser penalizado por um momento da ditadura que usou o esporte como propaganda. Não! Esqueçam isso. Nós falamos aqui, quase todos, que não deveríamos ter esse olhar partidário sobre o esporte, até porque eu sou de um partido de Esquerda e, na época na revolução, não teve ninguém santo, não. Os dois lados tiveram seus diabinhos e seus santinhos. Então, eu estou isento para falar sobre isso.

Por outro lado, tem que ser mostrado ao aluno que essa Educação Física escolar é necessária. Por que ela é necessária? Porque esse diálogo tem que acontecer com as diferenças. Por que nós não conseguimos, hoje, trabalhar uma



Educação Física adaptada para o cego, para o surdo, para o mudo? Por que a maioria dos docentes, e eu só não falo da Educação Física, não conhece LIBRAS?

É um problema muito mais amplo. Agora, não resta dúvida quando a senhorita, ou a senhora, fala muito bem: querer adaptar aquilo que vem de fora, traduzido como voleibol — entenda-se Bernardinho e Seleção Brasileira —, no meio escolar. Não! Lá vai haver uma ressignificação, através da atividade do exercício físico orientado, do esporte orientado, e lá no alto nível tem que ser a administração privada que vai tomar conta disso.

Faltou alguma coisa para eu explicar nessa tensão entre um e outro? *(Pausa.)* Porque nunca houve a tensão no esporte. A tensão aconteceu entre aqueles diletantes, que tinham uma orientação política de um lado, e os outros, que tinham uma orientação política do outro.

Os desportistas e os tecnicistas nunca entraram em nenhuma dessas vertentes. Eles queriam formar os seus alunos, dar o melhor deles através do esporte. Só isso.

Obrigado.

O SR. JORGE STEINHILBER - Essa reflexão é bastante interessante, não é?

Eu vou fazer um paralelo na seguinte questão: primeiro, voltada a nós; depois, voltada ao plano. Ela é uma questão da qual nós estamos falando aqui, certo? Dificilmente, nós vamos corrigir quaisquer dessas questões em plano, senão estaria resolvido.

Em 1998, dizia lá a Lei nº 9.615 que o Governo só pode gastar de acordo com o Plano Nacional de Esporte. O Governo gastou, durante 20 anos, sem ter Plano Nacional de Esporte. Então a lei não resolve.

Para nós, eu tento trazer a seguinte reflexão. Quantos anos nós tivemos a Educação Física obrigatória na escola? Os antigos aí sabem: duas aulas obrigatórias por semana em todas as escolas. Por que não se legitimou? Por que, se hoje o Governo diz: *“tira a Educação Física da escola”*, os pais não vão lá e dizem: *“Não, essa Educação Física é importante, essa atividade é fundamental, não pode tirar, não”*.

Primeiro, nós temos que fazer efetivamente um sangramento entre nós. Vejam só, nós tivemos 30 anos ou mais de obrigatoriedade à Educação Física



escolar. O que nós professores fizemos, de tal forma que a sociedade não nos legitima? Então é uma situação que nós temos que trazer para dentro.

A segunda questão, para fora, realmente em relação ao Plano, é dizer o seguinte: o que é esporte? Pelo que eu estou vendo aqui, o esporte está sendo conceituado como aquela atividade que tem uma regra específica para poder desenvolver o trabalho.

Não, nós fizemos, apresentamos aqui para a Comissão uma definição na seguinte forma: esportes são todas as formas de atividade física que, por meio de participação casual ou organizada, objetiva expressar ou promover a forma física e o bem-estar mental, formando relações sociais ou obtendo resultados em competições de todos os níveis.

Se nós formos considerar isso aqui como definição, eu posso aplicá-la na escola. Ele é um meio do qual o professor vai se valer para criar hábitos, formar pessoas e criar a formação, assim como nós defendemos que Educação Física escolar deva ser obrigatória e uma dessas atividades possa ser utilizada.

Vai botar aqui dança, corrida, pular corda, atividades esportivas conceituais de modalidades olímpicas ou não como meio para atingir um fim. E a atividade física deve ser obrigatoriamente oferecida para todas as crianças no contraturno, aí sim objetivando aptidão física, condicionamento físico, capacidade física — para tirar o problema hoje de obesidade e sedentarismo pela atividade física.

Nós temos que trabalhar nos dois viés e, nesse ponto, já cumprimento o Secretário Lindberg porque, pelo plano, está contemplando efetivamente esses dois contextos, tanto o da obrigatoriedade — não só o da obrigatoriedade — no contexto da formação, quanto da preocupação com dar oportunidade às crianças de poderem se desenvolver. Daí que vão surgir atletas? Daí que vão surgir pessoas em condições? Eu não tenho dúvida nenhuma. Mas esse não pode ser o foco. O foco, de fato, tem que ser aquilo que o Deputado Evandro disse que está na Constituição: foco na educação, foco na participação. E o que vier disso aí vai para o alto rendimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Presidente Jorge.



Passo a palavra ao André Boechat, e, na sequência, ao Deputado Arnaldo Jordy, só para ele dar um fechamento. Depois, passaremos a palavra aos demais que estão inscritos aqui.

O SR. ANDRÉ BOECHAT - Raiane, eu fico muito feliz que você, realmente, tenha captado quando eu falei dessa problemática? Ela está aqui, descrita na terceira ação da Diretriz 1, que diz ser necessário discutir e aprimorar a Base Nacional Comum Curricular da Educação. E o nosso Presidente do Conselho conseguiu, de uma forma conceitual, nova, abarcar o que é o esporte. Conseguir abarcar isso era também a minha preocupação.

Você salientou uma relação que também manifestei, da infraestrutura. Você falou sobre infraestrutura. E a Ação nº 5, da Diretriz 1 diz que devemos atualizar o currículo e a formação do profissional de Educação Física, priorizando a licenciatura e propondo currículos ampliados, que atendam às realidades locais.

Isso, realmente, é um *gap*, um vazio muito importante, para, realmente, discutirmos de que forma iremos fazer, adequando-nos à realidade. Pense a realidade que vive e que trouxe a nós aqui o Deputado do Amapá. Como será que é a escola em muitos locais lá do Amapá?

Então, realmente, precisamos discutir isso muito bem, para que possamos formar esses atletas, ou não atletas, mas apenas cidadãos que vivenciaram muito bem o esporte, para que eles cheguem aos seus 70 anos de idade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, André Boechat. Passo a palavra ao Deputado do Estado do Pará, Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Presidente, boa tarde a todos.

Cumprimento os nossos convidados. Em primeiro lugar, bem-vindos aqui, mais uma vez, a esta Comissão, abrilhantando-nos com os seus saberes, conhecimentos, experiências.

Parabenizo V.Exa., Deputado Evandro, Presidente desta Subcomissão. Eu tenho a honra de ser um secundado de V.Exa. aqui, um soldado obediente, na condição de Vice-Presidente.



Quero cumprimentar os demais Deputados aqui presentes, e os que já passaram por aqui. Nós vimos aqui rápido, e temos que sair, porque são múltiplas as atividades. Está havendo também sessão no Plenário.

Quero dizer que a iniciativa da nossa Subcomissão e deste debate — cumprimento todas as pessoas que aqui estão, profissionais da Educação Física, estudantes e pessoas afins, que estão abrilhantando esta reunião — é para discutirmos um pilar que é absolutamente vital, e hoje deprimido, como todos de alguma forma já revelaram, na sociedade brasileira.

Esta Comissão tem tido o cuidado de tentar colaborar para melhorar os marcos regulatórios disso que é um esteio fundamental para qualquer país, qualquer nação, qualquer pátria, qualquer conceito de desenvolvimento. Todos precisam ter na prática do esporte e no desporto um dos seus pilares. Não há nenhuma experiência exitosa que tenha prescindido disso.

Esta Comissão, através de vários de seus membros, já esteve recolhendo experiências recentemente, na Austrália, na Nova Zelândia, na China, em Barcelona, ou seja, experiência diversas, em diversos continentes. E há alguns elementos em comum nisso.

O primeiro é o que estamos tentando expressar nessa revisão do Plano Nacional do Desporto. Ele é um marco importante, como disse o nosso Presidente do CONFEF. Não é tudo, mas é um balizador, eu diria, indispensável. Sem isso, é o caos. Nós precisamos ter um arcabouço definido, que possa ser o balizador das práticas. Claro, ter a lei não é suficiente, porque, muitas vezes, a lei vira letra morta, fica no papel e não se traduz em prática social. Mas sem a lei, que é um marco, aí é o caos! Aí nós não vamos a lugar nenhum.

Então, é importante que possamos ter essa lei. Eu espero que este semestre possamos concluí-la. A proposta está redonda. Talvez precise só de um ou outro ajuste. Mas, neste semestre, nós temos que oferecer isso à sociedade, definitivamente, até porque foi uma lei pactuada com o Ministério, com várias entidades — houve dezenas de audiências públicas, eu diria, em quase todas as Regiões do País.

O que tentamos objetivar com isso? Primeiro, a valorização da atividade da Educação Física como prática cotidiana consistente no ambiente escolar. Nenhuma



experiência que nós vimos nesta Comissão prescindiu disso. O Brasil está divorciado disso. O Brasil está completamente de costas para esse desafio. O Brasil jamais se tornará uma potência olímpica, como querem alguns que declaram isso apenas como retórica. Esta é que é a verdade!

Eu faço aqui um corte para registrar, com profundo pesar, a operação da Polícia Federal, num dos braços da Lava-Jato, realizada hoje na residência do Presidente do COB e na sede do Comitê Olímpico Brasileiro, onde, aliás, estivemos na sexta-feira passada, eu; o nosso Deputado Lindberg, titular desta Comissão já há vários mandatos; e o Deputado César Halum.

Numa visita protocolar, nós estivemos lá tratando, inclusive, de projetos que vamos alterar. Mais convencimento temos hoje para alterar a Lei Piva, que estabelece recursos para a prática das confederações, tirando recursos da atividade-meio, que, muitas vezes, responde por essa agenda negativa de ter a Polícia Federal na casa do Presidente do COB, Carlos Nuzman, e na sede do COB, apreendendo quase 500 mil reais, e mais as contas em paraísos fiscais, conforme nos revelam as últimas notícias.

Então, nós precisamos cuidar com mais seriedade dessas questões. Lamentavelmente, o esporte, o desporto e parte das suas entidades ainda estão envolvidas nesse lamaçal que, felizmente, com todo o pesar, vem à tona para que possamos renascer das cinzas como o...

Leio aqui (*lê no celular*) que a Procuradoria pede 1 bilhão, de investigados por compra de votos para eleger a Rio 2016. Quantas entidades, neste Brasil, impedem a prática do esporte, do desporto, a boa prática de cidadania, muitas vezes, de saúde coletiva, por aquilo que até agora, a ponta do *iceberg* revelou: 1 bilhão para fazer tráfico de influência, crime previsto no Código Penal Brasileiro e no Código de Processo Penal. Fora os superfaturamentos dos estádios, como ocorreu com o Mané Garrincha, que gerou a prisão de Agnelo, do Arruda e de outros mais na semana retrasada, fora ao que assistimos na CBF, cujo Presidente não pode sair do Brasil, além de outro estar preso e um terceiro com prisão decretada — e por aí vai.

Então, acho que é hora de a gente passar o Brasil a limpo, inclusive nessa área.



Eu sei da opinião de V.Exa., Deputado Roman, e dos demais Deputados desta Casa — ou pelo menos de grande parte. Nós não vamos nos vergar. Vamos até o final, dê o que der, no sentido de corrigir o que estiver ao nosso alcance.

Mas, enfim, deve haver uma valorização da prática da educação física como prática cotidiana, intensa e contundente nas escolas. Sem isso, não vamos ampliar a base que pode formar o atleta de alto rendimento e que pode nos permitir alcançar nossas metas olímpicas, sempre frustradas.

Segundo, deve haver a valorização do profissional. Foi o que vimos na maioria desses países. O profissional precisa ser qualificado e ter um treinamento específico, inclusive para compreender e ter olho para a descoberta desses talentos.

Além disso, esse profissional atua em prol da saúde e do que ela representa para a população mais idosa, em favor da longevidade, que hoje é uma tendência no Brasil e no mundo, para uma sociedade mais saudável, com a inclusão do conceito de cidadania e tudo mais.

Portanto, quero parabenizar V.Exa. e todos que participamos desta corrente, oportunizando um passar a limpo nessas entidades, fazendo com que esses recursos possam chegar na ponta, para que se traduzam em cidadania e em direito inalienável de toda criança e adolescente. Hoje, muitas vezes, aqueles que podem, os que são filhos de famílias de classe média e que têm recursos para a prática de esportes que são caros, tudo bem, esses conseguem se salvar. Mas a grande maioria dos jovens brasileiros está na escola pública e muitas vezes vai para a escola em razão da merenda escolar. Esses não têm acesso à prática desportiva, à prática de um esporte, por ausência do Estado, por incapacidade do Estado de oferecer um mínimo para que aquela criança, aquele jovem possa ser um cidadão. Depois, a gente vai reclamar e pagar dobrado, em razão da vertente da violência, delinquência, assalto, tráfico e de todos os descaminhos que hoje lamentavelmente capturam boa parte da juventude brasileira.

Parabéns, Presidente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) – Obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.

Eu queria dizer que as considerações de V.Exa. são pontuais e coincidem, realmente, com o que pensamos. No que depender de mim — e já me posicionei —,



eu não me curvarei perante situações, seja por PFCs, seja por qualquer tipo de ação. Sabemos que podemos estar juntos em muitas ações, ainda mais agora. Se já estávamos aguçados para isso, agora muito mais. Eu tenho certeza disso.

Pela ordem, concedo a palavra ao Felipe de Assis. Ele é aluno do quinto semestre do Curso de Educação Física da UNIPLAN.

O SR. FELIPE DE ASSIS – Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer por esta rica oportunidade. Eu me chamo Felipe e estou no quinto semestre do Curso de Educação Física da UNIPLAN.

Eu gostaria de perguntar e já responder algo sobre o assunto anterior, abordado pelo professor e doutor Marcos Vinícius, que falou sobre o jogador de futebol poder atuar e dar aulas. Faço a seguinte pergunta: como um simples jogador, sem formação específica, pode executar essa aula sem saber como funciona um simples músculo de pescoço? Acho que não tem como, né.

E, quanto à questão do ensino infantil, ele foi pouco abordado. Falamos do ensino fundamental e do ensino médio, mas nos esquecemos do ensino infantil.

Lembro que é lá que aprendemos sobre motricidade infantil, coordenação fina e grossa. Pode-se dizer que é lá que aprendemos a pular e a escrever. Mas isso deixamos para trás.

Respondendo à pergunta feita por ele, que disse que às vezes a gente já está adulto e não sabe chutar uma bola, creio que isso ocorre em razão dessa etapa, porque não temos um profissional de educação física no ensino infantil, para dar as orientações.

O SR. JORGE STEINHILBER – Rapidamente, respondo as duas questões. A primeira, em relação à 1ª série e à 5ª série, trata-se de uma discussão que temos feito e de uma briga grande que tivemos. Nesta Casa, nesta Câmara, passou o projeto de lei que previa que os profissionais de educação física deveriam ser os responsáveis pela educação da 1ª à 5ª série. O projeto foi ao Senado, chegou a ser aprovado na Comissão de Educação do Senado, mas infelizmente os Prefeitos pediram para que esse projeto fosse paralisado. A União Nacional dos Secretários de Educação pediu que o projeto fosse paralisado, porque implicaria recursos financeiros. Ou seja, é mais importante o problema com recursos financeiros do que



se pensar no futuro e na saúde das crianças, porque elas vão impactar, certamente, no futuro, a questão dos hospitais — não em razão da saúde, mas da doença.

Então, estamos agora trabalhando na questão. Não só o Deputado Evandro Roman, mas outros Deputados desta Comissão que entendem esse problema estão hoje indo ao Senado para tentar retirar da gaveta esse projeto. Ele não foi vetado, continua tramitando na Casa, na Mesa do Senado, esperando para ser votado.

Então, é só uma questão de fazê-lo avançar.

A segunda questão sobre o jogador de futebol, que você levantou, é uma preocupação nossa. Veja que o Judiciário autorizou o ex-jogador condenado Bruno a dar aula de futebol. Veja: é ridículo? É ridículo. É um absurdo? É um absurdo. Que exemplo vai poder esse indivíduo dar ao trabalhar com crianças?

Esse é outro desafio que está sendo feito aqui.

Felizmente, eu diria a você que a maioria desta Comissão, em que pese dois ou três ainda não entenderem dessa forma, olha a questão do futebol apenas pelo esporte, ou seja, mercadoria. O importante é preparar como mercadoria uma criança, para que ela seja jogadora de futebol. E nós não entendemos o esporte como mercadoria. Entendemos que o futebol é um meio de formação para essas crianças, por isso a necessidade do profissional de educação física.

Tenho certeza — e agora estou aqui dando meu depoimento — de que o projeto de lei que está tramitando aqui vai acabar sendo vitorioso nesse contexto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) – Obrigado, Prof. Jorge.

A Judisleia Oliveira ainda está presente? (*Pausa.*)

Como ela já saiu, passo a palavra ao último orador inscrito. Na sequência, vamos encerrar, concedendo 1 minuto para cada convidado, para considerações finais. Após, vamos partir para o encerramento, a menos que algum Deputado queira ainda fazer suas considerações.

Concedo a palavra ao Herivelton, da cidade de Irati, no Paraná.

O SR. HERIVELTON – Primeiro, quero agradecer a presença de todos aqui até agora, porque sempre é uma audiência que requer tempo. Então, é muito importante a presença de todos.



Quero agradecer, também, ao Deputado Roman, que oportunizou a presença nesta Casa aos membros do Conselho Federal, através do nosso Presidente Jorge; assim como agradeço ao Presidente Branco, que fez um esforço para trazer todos os conselheiros do Paraná para as duas reuniões que houve hoje, a primeira pela manhã, em sessão de homenagem no Plenário; e agora participando ativamente da Comissão.

Aos demais expositores quero colocar um tema que, acho, é importante também para os acadêmicos presentes, sobre as andanças que venho fazendo como conselheiro e professor universitário.

Esses anos 80, que foram muito criticados academicamente, foram muito importantes em termos de esporte para o Brasil. Talvez não tenhamos conseguido tantas medalhas como atualmente, mas acho que muitos da geração dos anos 60 e 70 são frutos dos esportes praticados nos anos 70 e 80. Eu me lembro que, na época, o cargo de Secretário de Esporte era cobiçado.

Andando por aí — e hoje no Brasil 70% dos Municípios têm até 20 mil habitantes —, ao perguntarmos ao Secretário de Esporte nesses Municípios, e o Deputados Roman conhece nossa região lá, o cara fala assim: “*Pois é: é o que sobrou*”. Muitos falam isso, inclusive dirigentes, independente de serem profissionais de educação física. Parece que hoje é um castigo ser Secretário de Esporte em Municípios, porque as estruturas das secretarias estão muito aquém do que foram, talvez, na década de 80, como citei. Eu era acadêmico nos anos 90, e o sonho do acadêmico era se formar e trabalhar em uma secretaria de esporte municipal. Hoje não ocorre isso.

Então, não ocorrem mais reposições de professores de educação física, de profissionais; umas se transformam em fundações, outras continuam secretarias, mas não são as mesmas secretarias dos anos 80 e 90, principalmente dos Municípios menores.

O Deputado Roman foi Secretário de Esportes no Estado e a S.Exa. eu perguntaria se esse Plano Nacional poderia seguir o exemplo do Plano Nacional de Saúde, para que o Município realmente seja um braço do esporte no Brasil.

Quer dizer, nós temos lá no Paraná 399 Municípios. Realmente, gostaríamos que neles ocorresse, em termos de esporte, o mesmo que acontece na saúde: que o



Município seja um membro ativo disso. Não sei se, em termos orçamentários, isso é possível, pois sabemos que há restrições constitucionais — refiro-me aos 25% para educação e saúde. Mas como esse Plano Nacional poderia ajudar a fortalecer as secretarias de esporte que hoje estão á beira da miséria? E hoje essas secretarias não mais são o foco do próprio profissional de educação física, do egresso da academia. Ele olha na área da saúde o espaço que está tendo para ele, assim como na área de educação e no empreendedorismo. Mas ele não mais olha para a secretaria de esporte como um possível trabalho com educação física.

O SR. JORGE STEINHILBER – Eu responderia essa sua indagação e provavelmente está praticamente bem sinalizado aqui, não como garantia de secretarias de esporte, mas com a garantia de Conselhos Estaduais de Esporte e Conselhos Municipais de Esporte. Assim como a proposta é valorizar e fortalecer o Conselho Nacional de Esporte, o ideal seria fazer o mesmo com o Conselho Estadual de Esporte e Conselho Municipal de Esporte.

Onde eles estarão localizados, de fato, é uma questão estrutural, de acordo com as questões culturais e financeiras de cada Estado. Mas, se existir esse conselho, seja lá onde for, com este objetivo dentro do Plano voltado para a situação educacional, voltado para a formação, para o combate à obesidade, ao sedentarismo e à inatividade física; visando efetivamente aquilo que já foi dito aqui pelos Parlamentares, que é um processo educacional, tenho certeza de que os Municípios saem fortalecidos. E isso está no Plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - O.k.

Começo, então, pelo Arlindo, a quem concedo a palavra para fazer suas considerações finais, por 1 minuto.

Depois, falarão o Leonardo e, na sequência, a Nicole e o André.

O SR. ARLINDO PIMENTEL - Primeiramente, para encerrar, agradeço a todos que contribuíram para o nosso encontro. Desejo e faço votos que o Plano Nacional do Desporto seja implantado o quanto antes, o mais breve possível, pois o nosso País há muito tempo carece disso. Agora, quando estamos vivendo uma oportunidade de mudança no Brasil, acho que a implantação do Plano Nacional do Desporto é urgente. E, com suas metas ousadas, assim mesmo vamos ter sucesso. Se for necessário, vamos fazer adaptações e ajustes finos ao longo do processo.



Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) – Obrigado, Arlindo, pela sua participação.

Passo a palavra ao Leonardo Andreotti, para considerações finais.

O SR. LEONARDO ANDREOTTI – Sr. Presidente, apenas quero parabenizar a Subcomissão pelo trabalho, assim como parabenizo todos aqueles que direta ou indiretamente estão contribuindo com essa evolução. E quero deixar uma mensagem no sentido de que é preciso avançarmos no tema não somente da valorização do profissional de educação física, mas do desporto como um todo.

Precisamos olhar para a frente e analisar aquilo que já foi feito e conquistado e sempre focar em uma melhoria, principalmente em termos de formação do atleta e esportista, não só enquanto formação do atleta em si, mas a formação de um cidadão íntegro e de bem.

Agradeço e trago aqui um abraço do Ministro Guilherme Caputo Bastos, da Academia Nacional de Direito Esportivo, do Instituto Brasileiro de Direito Esportivo.

Estaremos sempre à disposição para trabalhos sérios e de qualidade como este.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) – Obrigado a você, Leonardo Andreotti, pela participação. Leve um abraço nosso ao Ministro Caputo Bastos.

Passo agora a palavra à Nicole, para considerações finais.

A SRA. NICOLE AZEVEDO – Eu gostaria de agradecer pela oportunidade de vir a esta Casa e participar desta discussão tão importante para a nossa profissão.

Deixo um abraço do Presidente Patrick, que não pôde comparecer a esta solenidade e me incumbiu de representá-lo.

São de enorme importância discussões como está. Acho que só temos a crescer e a elevar o nível da educação física e dos profissionais de educação física do nosso País.

Obrigado. Um bom dia a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) – Obrigado.

Com a palavra o Sr. André Boechat, para considerações finais.



O SR. ANDRÉ BOECHAT – Também somente quero agradecer e parabenizar a todos pela participação. Coloco-me à disposição desta Subcomissão e da Comissão do Esporte para continuarmos nessa empreitada de tanta importância para o desporto nacional.

Um agradecimento também ao Lúcio Rogério por estar sempre de forma atuante nesta Casa, nas pautas do profissional da educação física.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) – Obrigado, André Boechat.

Vamos ler duas perguntas que foram encaminhadas à Subcomissão pela via do E-democracia. Muitas outras já foram respondidas, mas a primeira é dirigida ao Prof. Branco; a segunda, ao Professor Jorge Steinhilber.

Portanto, com a resposta, peço que façam suas considerações finais.

O André Padilha nos faz a seguinte pergunta: *“Quem acompanha a Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados e as suas Subcomissões, pode observar certa “preferência” — abrindo e fechando aspas — pelos esportes físicos e desinteresse pelos esportes da mente. O que o Plano Nacional do Desporto diz a respeito?*

Eu poderia até responder em relação a isso, mas eu gostaria que o Presidente Branco respondesse essa questão. Qual a sua visão sobre os esportes da mente?

O SR. ANTÔNIO EDUARDO BRANCO - Obrigado, Deputado Evandro.

Eu vou aproveitar mais uma vez a minha amiga Raiane. Você viu como a sociedade nos vê como um corpo que faz, mas só a cabeça que pensa? Para a maioria das pessoas que estão aqui essa compreensão é fácil. Toda vez que nós fazemos uma atividade física, desde o levantar de um copo, existe uma sinapse, existe uma ligação neurofuncional dos neurotransmissores. Os nossos neurônios se ligam para dar esse comando, a força exata; senão, eu vou partir esse copo na minha mão.

Não há um interesse para os esportes físicos. Os esportes físicos aumentam a nossa motricidade, que aumenta novas sinapses. Nós passamos a despender muito menos esforço até para raciocinar. Ele é um exercício para o cérebro, tanto é



que, quando a pessoa está para ter Alzheimer, fazemos com que ela mude todos seus hábitos físicos, e isso vai também mudar os seus hábitos mentais: mudar a rotina de vida, escovar os dentes com a mão esquerda, e assim por diante.

Por outro lado, eu queria passar às considerações finais. Fico muito feliz em ver que esta Comissão está na mão de tão brilhantes Deputados, pela brilhante retórica do Deputado Arnaldo Jordy e sua persistência; também pela retórica e persistência do Deputado Fábio Mitidieri, que agora estão representando todos os outros Deputados.

O meu amigo Evandro Roman, muito antes de ele ser Deputado, ele, como profissional de educação física, foi um brilhante árbitro da FIFA. Ele fez duas coisas muito importantes que precisavam de muita coragem. A primeira foi parar um jogo, se eu não me engano, entre Corinthians e Botafogo. No meio da partida, ele parou o jogo. A televisão só faltou decapitá-lo. Ele disse que não havia condições para que os jogadores permaneçam na arena, pois o calor era muito intenso. Ele disse que podia avaliar que as condições físicas e fisiológicas dos jogadores estavam sendo danificadas, que era para esperar um pouco.

E a segunda, que pouca gente sabe, é que ele foi a primeira pessoa que denunciou o esquema da — não é Lotomania — corrupção no futebol no Estado do Paraná, que jogava aquela Lotomania, enfim, os jogos em que havia uma combinação de resultados. Ele sofreu até ameaças de morte, muito antes de pensar em ser Secretário de Esporte, e não arredou o pé.

Então, com esses defensores públicos que temos aqui, temos a certeza de que, como disse muito bem o Deputado Jordy, a coisa vai chegar a termo.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Prof. Branco. Bem lembrado. Isso aconteceu no ano de 1997 ou 1998 e, na época, eu fui muito criticado por ter parado o jogo e tive de administrar essa situação. Depois de um tempo, essa situação se tornou comum e até necessária. Eu não sei quanto foi o jogo. Eu sei que o senhor está querendo saber em relação ao seu Botafogo. *(Risos.)* Mas eu não lembro o resultado. Esta é uma bela saída: eu até não sei o resultado, porque eu não estava interessado no resultado. Eu fui bem agora como árbitro, não é?



Eu realmente parei por ter o entendimento da reclamação dos jogadores. Eu lembro como se fosse hoje, havia várias comichões. Então, naquele momento, eu, um aluno de doutorado da UNICAMP na área de fisiologia de treinamento esportivo, na área de ciência do esporte, quer dizer, eu tinha o conhecimento e arqueei com as consequências. Depois, isso se tornou norma em vários locais. Hoje já há orientação da CBF para isso.

Eu passo agora à pergunta do José Ivan de Aquino, professor de Educação Física do Distrito Federal:

O que pensam os palestrantes sobre o ordenamento da prática da educação física, letramento motor, iniciação esportiva e treinamento de base nas premissas dos planos municipais e estaduais de esportes, atividade física e lazer 2017/2026? Devemos gerar base, respeitando direitos e objetivos de aprendizagem?

Com a palavra o Prof. Jorge, para suas respostas e considerações finais.

O SR. JORGE STEINHILBER - Obrigado. Sem dúvida nenhuma, respeitar direitos e objetivos de aprendizagem é fundamental. Nós temos dito sempre e repetimos aqui que a educação física de 1ª a 5ª série é uma questão de alfabetização motora. Sem isso, não poderemos avançar, não poderemos nem seguir em frente.

Eu acredito que, através da consolidação do Plano Nacional do Desporto, os Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais de Esporte e, principalmente, com uma inter-relação entre o Ministério e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, de Saúde e de Esporte, nós poderemos de fato alcançar esse objetivo que nós tanto desejamos. Qual seja? O esporte enquanto uma ferramenta, enquanto meio, o esporte, como diz o Matsudo, enquanto um remédio para nossa sociedade. Então, nesse sentido, sem dúvida nenhuma, os direitos são importantes.

Eu queria, nas minhas palavras finais, fazer um agradecimento e um cumprimento especial ao Lúcio Rogério e ao CREF7, aqui representado pela Nicole, pela brilhante mobilização que fizeram junto às universidades, junto aos cursos de Educação Física, para trazerem para cá esse público maravilhoso, interessado. Sem dúvida alguma, eles sairão daqui com outra disposição.



Faço um agradecimento à Academia e já deixo, mais uma vez, a solicitação para que a Academia Nacional de Direito Desportivo mantenha uma discussão a respeito dessas questões conceituais e da importância de essas atividades serem conduzidas por profissional de educação física.

Nós temos trabalhado muito intensamente nisso, porque o direito esportivo é uma área na qual se estabelecem as questões legais. Então, se os conceitos começarem a ser efetivamente consolidados nas publicações da Academia e, principalmente, levados para os Tribunais de Justiça Desportiva, isso acabará tendo uma influência muito grande. Portanto, faço essa solicitação.

Aos Parlamentares, primeiro, deixo meu agradecimento por estarem aqui conosco; segundo, agradeço-lhes pela compreensão que nós temos buscado juntos, dentro de uma forma parceira, desenvolver esse trabalho. Eu tenho muita confiança em que esta Comissão consiga realmente construir um Plano Nacional do Desporto que contribua para o que os senhores colocaram aqui: um País melhor, um País mais ético, onde os valores sejam de fato consolidados.

Acreditamos muito que o Deputado Evandro possa conduzir esse processo junto com a parceria de todos vocês para que esse objetivo seja consolidado.

Quero parabenizar a todos os pela presença e pelo objetivo, ao Presidente Branco por trazer os conselheiros. Essa é sempre uma forma de ampliar os conhecimentos e, sem dúvida alguma, sairmos daqui cada vez melhores e com o conhecimento mais aprofundado.

Cumprimento a Presidente Carmen junto com o Vice Lauro, que estiveram conosco de manhã e estão aqui o tempo todo participando, em que pese não terem falado, mas sem dúvida alguma o pessoal do Rio Grande do Sul é muito ativo nesse processo, desde a época de Tramandaí, as discussões relacionadas e o tema que nós levantamos aqui sempre foram muito intensos. Além de dizer que o primeiro Código de Ética nasceu lá no Rio Grande do Sul.

Portanto, muito obrigado por vocês estarem aqui. Certamente vocês trouxeram, desde o início, uma contribuição muito grande para que nós possamos estar hoje aqui.

Boa tarde a todos e obrigado pela participação. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Para as considerações finais, tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É só para dizer que V.Exa. foi efficientíssimo nesse jogo contra o Corinthians, e o Bota Fogo ganhou de um a zero. Foi importante ter suspenso mesmo aquilo lá. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu nem me lembrava. *(Risos.)*

Para suas considerações finais, tem a palavra o Deputado Fábio Mitidieri, desde que não seja do jogo do Bota Fogo e Corinthians. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Não, eu tenho certeza. Quando vi o resultado, eu disse: só podia ser Roman. Árbitro FIFA é outro nível. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Parabéns pela iniciativa, parabéns pela brilhante audiência pública. Mais uma vez, estamos nos colocando à disposição, no nosso mandato, naquilo que for possível auxiliá-los.

E o Plano Nacional do Desporto é algo que a gente espera que este ano ainda possa ser uma realidade que vai implementar e incrementar ainda mais a prática da Educação Física no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado Fábio Mitidieri.

Reitero o pedido de que nos acompanhe em um trabalho firme, e são membros da Subcomissão, mas principalmente no voto e na articulação do que nós vamos precisar para que nós venhamos a fazer um Plano Nacional do Desporto indo para o seu finalmente, já alinhado, estruturado e que nós possamos, o mais breve possível, estar encerrando e fazendo da melhor forma.

Antes de encerrar, eu só quero dizer que, e foi lembrado até pelo Deputado Arnaldo Jordy, a seguinte situação. Para o Plano Nacional, nós temos total apoio do Ministério do Esporte, diretamente apoiado pelo Ministro Picciani, com uma estrutura forte que está acompanhando. Então, há um desejo muito grande do Ministério. E, gentilmente, conforme falei, seria de prerrogativa inicial deles, mandava para casa e depois... Eles inverteram a situação, nós iniciamos um trabalho e, quando o Ministro assumiu, nós já tínhamos o trabalho andando há um bom tempo, Lindberg, e, a



partir deste momento, nós queremos o mais breve possível encaminhar e que ele possa estar encaminhando de volta para a Casa, nós votarmos e fazemos o encaminhamento dessas ações.

Outra situação que quero dizer é que com esse trabalho eu não tenho intenção nenhuma de assinar a obra, de deixar uma marca do que eu acho, do que eu quero, não, o único objetivo é unir as pontas o máximo possível para que nós venhamos colocar e fazer uma lei que seja responsável, eficaz e que seja aplicada. Claro, com uma dívida histórica de 20 anos já, não é (*ininteligível.*) que poderemos muito bem estar à frente disso aqui 20 anos, mas acho que chegou o momento. Hoje existe a vontade do Ministério do Esporte, o desejo da Casa também, tenho certeza. Mas muitas ações que estarão no plano irão o voto no plenário, irão para destaque.

Em muitas situações, vocês irão perguntar: mas isso não estava no plano? Estava. Mas pode ser mantido ou derrubado no momento em que for ao plenário, para votação final, e isso depois de reformulado no Senado. Ou seja, temos muito ainda pela frente. Então, volto a falar da eterna vigilância. Isso vai nos dar sempre a certeza do bom trabalho.

Quero agradecer realmente a todos a presença, do Presidente Jorge Steinhilber, Nicole Azevedo, Arlindo Pimentel, do nosso grande amigo Eduardo, com quem nós estaremos conversando mais vezes sobre isso, tenho certeza; do André Boechat; sejam sempre todos bem-vindos, ajudem a colaborar, a supervisionar o andamento, para que nós não tenhamos surpresa lá na frente; e a você, meu grande amigo e colega, Presidente Branco, do CREF9/PR, como também todos os membros que vieram do CREF9 e do Estado do qual eu represento, da situação que eu tenho a possibilidade de estar sempre representando.

Muito obrigado realmente pela ação de vocês e que nós possamos estar, eu diria, trabalhando cada vez mais focados e nós tenhamos esse plano o mais breve.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta Mesa Redonda, com praticamente 3 horas e meia de sessão. Acho que isso nos dá realmente um respaldo muito bom para que tenhamos sucesso.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe! (*Palmas.*)